

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS – SR(15)/AM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL	7
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	8
2. Objetivos e metas institucionais	9
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	9
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	10
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	10
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	10
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	11
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	11
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	12
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	12
Principais Ações do Programa	12
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária..	13
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	15
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	17
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	20
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	22
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária ..Erro! Indicador não definido.	22
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	22
Principais Ações do Programa	23
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	23
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	25
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	28
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	29
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária ..	33
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	34
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	36
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	39
2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	43
Principais Ações do Programa	44
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	44
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	47

2.3.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	48
2.3.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	51
2.3.3.5	Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	55
2.3.3.6	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	56
2.3.3.7	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	57
2.3.4	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	59
	Principais Ações do Programa	60
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	59
2.3.5	Programa 1120 – Paz no Campo	62
	Principais Ações do Programa	63
2.3.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	63
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	65
	Principais Ações do Programa	66
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	66
2.3.6.2	Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	68
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo	70
	Principais Ações do Programa	71
2.3.7.1	Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	71
2.3.7.2	Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	74
2.3.7.3	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	76
2.3.7.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	78
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	80
	Principais Ações do Programa	81
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	81
2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão do Programa	83
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo	85
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	86
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro	88
2.4.1.	Programação Orçamentária da Despesa	88
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias	88
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes	89
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital	90
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	91
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	92
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa	96

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	96
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	97
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	98
2.4.2.4. Análise Crítica.....	Erro! Indicador não definido.
2.4.3. Indicadores Institucionais.....	99
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	108
3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	108
3.2 Análise Crítica	107
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	109
4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	
4.2 Análise Crítica	
5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	110
5.1 Composição do quadro de servidores ativos	110
5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010	110
5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010.....	112
5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010	113
5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	114
5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010	114
5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010.....	115
5.3 Composição do quadro de estagiários	116
5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos	117
5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	117
5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	119
5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	119
5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	120
5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	121
5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	126
6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	127
6.1 Transferências efetuadas no exercício	128
6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	128
6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	130

6.1.3	Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes.....	131
6.1.4	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	132
6.1.6	Análise Crítica	136
7.	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	137
8.	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas. Erro! Indicador não definido.	
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	139
9.1	Estrutura de controles internos da UJ.....	139
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	141
10.1	Gestão ambiental e licitações sustentáveis	141
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	143
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	143
11.1.1	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	143
11.1.2	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	144
11.1.3	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	145
11.1.4	Análise crítica:	Erro! Indicador não definido.
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	147
12.1	Gestão de TI da UJ.....	147
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.	149
14.	Informações sobre Renúncia Tributária.....	150
15.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	151
15.1	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	151
15.2	Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	152
15.3	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	153
15.4	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	154
16.	Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	155
17.	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	156

Parte B - Informações Contábeis da Gestão	157
18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.	163
19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	157
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA	161
20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	165
21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	166

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas			
Denominação abreviada: SR(15)/AM			
Código SIORG: 4137	Código LOA:		Código SIAFI: 373025
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE:	
Telefones/Fax de contato:	(092)3194.1300	(092)3194.1305	(092)3194.1302/3194.1393
E-mail: nome@endereçonaInternet			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Av. André Araújo, 901 – Aleixo – CEP:69.060-001 – Manaus/AM			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373026	Unidade Avançada de Boca do Acre		
373027	Unidade Avançada de Umatá		
373028	Unidade Avançada de Médio Madeira		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
373025		37201	

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970. No Amazonas, o Incra está representado pela Superintendência Regional (SR-15) e compõe órgão descentralizado desta autarquia. Estruturalmente a Superintendência do Incra tem sua sede em Manaus e mais dez Unidades Avançadas (UAs) em municípios do estado.

A missão da Superintendência do Incra no Amazonas – com sua jurisdição neste estado - está diretamente ligada ao objetivo central da autarquia: implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

A agenda da SR-15, até a década de 90, tinha foco no atendimento das famílias convencionais, aquelas com perfil de exploração de lotes, de terra firme, iniciados na década de 70 e consolidado nas décadas de 80 e 90. Por outro lado, seguindo orientação nacional, suas ações centraram aos modelos compatíveis com as potencialidades da Amazônia Central. Neste caso, ações voltadas às populações locais, a saber: os ribeirinhos e as comunidades tradicionais.

Estas populações são conhecidas pelas várzeas - áreas caracterizadas por localizarem-se próximas aos rios e lagos e onde, parte do ano, ocorre invasão de águas dos rios adjacentes. Este público encontra-se distribuídos em dois importantes territórios: as Unidades de Conservação de Uso sustentável ou nos assentamentos especiais.

Respeitando a nova indicação ambiental, o Incra Amazonas passou a criar assentamentos com cuidados extras neste quesito. Projetos Agroextrativistas (PAE) de Uso Sustentável (PDS) ou Florestais (PAF) são o grosso dos resultados. Como resultado, até Dezembro de 2010, 47 PAE foram criados, com área total de 6,22 milhões de hectares e 18.246 famílias – o que é igual a 59% das famílias somente em assentamentos. No ano corrente de 2010, objeto deste relatório, 3.897 famílias foram incorporadas como beneficiárias – o terceiro melhor resultado, em números, do país.

Além disso, a Superintendência Regional, juntamente com os órgãos contribuiu com o aperfeiçoamento da legislação local no tocante à reforma agrária; ainda, firmou termo de ajustamento de conduta ambiental (TAC) – o que possibilitou que 70% dos assentamentos têm pedido de licença junto ao órgão competente.

Para esta massa de famílias, tanto nos assentamentos quanto nas Unidades de Conservação, esta Superintendência tem ainda a missão institucional de: a) de gerenciar a distribuição de documentação fundiária – Contrato de Concessão de Uso (CCU) no caso dos assentamentos; b) gerir a política de crédito agrícola ou os créditos da reforma agrária; atuação na infraestrutura dos assentamentos, e c) da assistência técnica.

Apesar dos avanços claros e inegáveis observados nos números desta SR-15, as dificuldades ainda são grandes e tiveram impacto na obtenção dos resultados. Destacam-se: problemas no clima - onde somente se alcançou as comunidades no período das cheias dos rios, reduzindo

resultados, baixo repasse de recursos financeiros para as desenvolvimento e georreferenciamento e, o mais importante, reduzido capital humano para a realização das atividades.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(15)F, conforme estabelece o Art. 115 da Portaria nº 20, de 8 de abril de 2009 (Regimento Interno do INCRA), possui a competência de coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, decorrentes do Cadastro Rural, de Cartografia e de Regularização de Territórios Quilombolas.

Cabe ressaltar que as atividades de Regularização Fundiária em consequência da Lei nº 11.952/2009, são executadas pela Divisão Estadual de Regularização Fundiária no Estado do Amazonas – SRFA(05)AM (Programa Terra Legal), pertencente a Superintendência Nacional de Regularização na Amazônia Legal – SRFA.

A principal dificuldade vislumbrada para a realização das atividades na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária para os próximos exercícios será a deficiência de pessoal, caso se confirme as previsões de aposentadorias, o que estará limitando a capacidade operacional da Divisão.

Portanto, a principal medida para solucionar tal perspectiva de dificuldade, deve ser adotada a nível organizacional, com a realização de concurso para admissão de pessoal, para reconstituir a capacidade operacional da Divisão.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A divisão de Obtenção de Terras - SR(15)T, tem suas competências definidas no Art.116 do Regimento Interno (INCRA, 2009). Destaca-se, três atividades , cabendo de maneira geral, com respectiva estratégia de ação:

I – Obtenção dos imóveis rurais para destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária.

Estratégia de ação: Busca-se a arrecadação das terras definidas em lei, seguindo instruções técnicas – em especial a Lei 6.383/76. Atividade estritamente de campo com ida dos técnicos ao local, vistoria, elaboração de laudos e levantamento ocupacional. As áreas de várzeas, de competência da SPU – Secretaria de Patrimônio da União – são arrecadadas por meio de autorização passada por esta Secretaria via Termo de Cooperação Técnica. Os procedimentos de campo são os mesmo citados pra as áreas de terra firme. No Amazonas, o grosso da obtenção se dá por meio deste procedimento, sendo que as outras alternativas, a saber desapropriação ou compra direta, são raros.

II – Implantação de Assentamentos para proceder ao cadastramento, seleção e criação de assentamento de famílias em projetos manter o banco de dados nos módulos inerentes aos assentados (cadastro, seleção e homologação);

Estratégia de ação: Esta atribuição é realizada por meio de atividades estritamente de campo com a ida às comunidades que solicitam o cadastramento ou nas Unidades de Conservação ou em assentamentos – sejam estes novos ou já criados. Para a criação, deve-se seguir as normas internas a destacar a Norma de Execução INCRA 69/08 que dita as regras técnicas para a criação dos assentamentos; cita-se, ainda, a norma para seleção de assentados

por meio da Norma de Execução INCRA 45/05. O banco de dados (SIPRA) é gerido por equipe destinada a este fim onde são atualizados os dados constantes nos processos individuais dos assentados.

III – Atividades voltadas ao Meio Ambiente e Recursos Naturais nos assentamentos para adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos criados pelo INCRA; e fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas.

Estratégia de ação: Os assentamentos são assim criados, também, seguindo a legislação ambiental estadual e federal nos quais se obtém a licença por meio de estudos básicos, protocolo junto ao órgão ambiental e pagamento de taxas. Neste quesito, ainda, esta Regional tem feito gestão para sanar problemas de malária – comuns na região Norte – e que faz parte dos critérios para a obtenção da licença ambiental.

Finalmente, neste quesito, merece destaque a implantação de atividades que busquem a implantação de alternativas sustentáveis nos assentamentos como: planos de manejo florestal comunitários e ações voltadas à recuperar o passivo ambiental. Ainda, cabe menção a regularização das áreas de reserva legal nos assentamentos.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Realizar ações de desenvolvimento de projetos de assentamento requer uma permanentemente análise dos ambientes interno e externo da instituição. Observando esta realidade é possível rever estratégias e afirmar outras, num processo dialético de mudança/atualização. Sendo assim, durante o ano de 2010 convivemos com Limitação de Pessoal que combinada com a extensão do estado do Amazonas e sua realidade gerou dificuldades em atender as demandas apresentadas pelos beneficiários da reforma agrária.

Todavia, algumas alternativas foram construídas para equacionar os problemas presentes, dos quais citamos: a formalização de um Termo de Cooperação com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM, órgão do Governo do Estado, para, na medida em que reconhecemos a vistoria realizada e informações disponibilizadas por seus técnicos, agilizar a emissão de DAP aos assentados, o que em última análise contribui para otimizar recursos públicos. Ou ainda a decisão de adquirir patrulhas mecanizadas para cedê-las as Prefeituras Municipais, o que possibilitará, além de estreitar parcerias com as Prefeituras, constante ação de recuperação das estradas vicinais nos assentamentos. Em síntese, é na busca de construir parcerias estratégicas e reconhecendo que a ação de desenvolvimento de projetos de assentamento requer amplo envolvimento dos diferentes setores da sociedade, que investimos fortemente. Todavia, tal aspecto não enfraquece o papel do órgão, mas o coloca em sintonia com os outros, sejam governamentais ou não.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

As limitações orçamentárias e de recursos humanos são fatores que inibem ou dificultam o atendimento de todas as demandas desta Administração. Referidas limitações levam o gestor a compatibilizar suas prioridades à disponibilidade de orçamentária e de pessoal.

O acompanhamento e fiscalização da execução de algumas ações, muitas das vezes ficam prejudicadas principalmente pela insuficiência da força de trabalho existente.

É, portanto, indispensável que Autarquia seja contemplada com o ingresso de novos servidores para dar qualidade e celeridade no desenvolvimento de suas ações institucionais.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a Reforma Agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: preencher quando a UJ é apenas executora do programa, com o conteúdo do normativo do programa.

Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa: Área em hectares vistoriada – Área em hectare obtidos e incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária – Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						

Fonte:

Principais Ações do Programa

1.1.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2010 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Assentada	4.443	3.897	1.531	87,71

Fonte:LOA 2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago	% Liquidado	% Pago
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$ (f)	% (e=d/b)	% (g=f/b)
602.380,00	548.440,80	546.369,26	544.136,03	544.136,03	99,21	99,21

Fonte:SIAFI

O percentual cumprido da meta foi de 87,71% do previsto inicialmente, tendo sido liquidado 99,21% da provisão financeira disponibilizada. Os recursos financeiros empregados nesta ação foram usados para pagamento de diárias, passagens e pagamento de pessoa jurídica para obtenção de combustível e frete das embarcações para as áreas fluviais.

A meta física prevista para o ano de 2010 não foi alcançada devido a diversas dificuldades encontradas na área de abrangência desta superintendência como os entraves encontrados no licenciamento ambiental para projetos novos.

De um total de 3.897 famílias cadastradas e homologadas no PNRA apenas 1,53 % foi em projetos novos, evidenciado a dificuldade tanto na questão de licenciamento ambiental como o esgotamento das terras públicas federais disponíveis para assentamento de famílias de trabalhadores rurais, que no caso do estado do Amazonas, os projetos criados neste estado são os projetos especiais (PAE, PDS, PAF) em que as famílias já se encontram habitando essas áreas. Outro fato, embora seja pontual no caso da SR-15, foi a negativa de uma Prefeitura para a emissão de uma Certidão necessária para a licença prévia (LP) que resultaria em 100 novos cadastros.

Além disso, não havia nenhuma unidade de conservação a ser reconhecida em 2010, pois todas as áreas criadas pelo ICMBIO e SDS (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) já tinham sido reconhecido nos anos anteriores; essas áreas reconhecidas contribuíam bastante para o cumprimento da meta nos exercícios passados – o que não foi diferente em 2010.

Um segundo ponto de estrangulamento diz respeito à seca nos meses de agosto a dezembro, nas áreas de várzea. São territórios com grande número de famílias a serem cadastradas - o que contribui para esta redução na meta não alcançada.

Um terceiro fator está ligado aos recursos humano e logística. Os principais problemas são o reduzido número de servidores para realizar as viagens nas áreas de projetos de assentamentos e nas áreas de unidades de conservação, cuja população é reconhecida pelo INCRA como beneficiária da reforma agrária.

Boa parte dessas áreas é muito distante da capital, envolvendo vários dias de viagens com diferentes meios de transporte. Parte da viagem realizada por via aérea e outra parte por via fluvial, mobilizando uma estrutura logística muito diferenciada. Em muitas viagens de campo, para esta e para outras ações de outros programas, os servidores ficam expostos aos mais diversos tipos de privação, sem contato telefônico, por exemplo.

Como mencionado, apenas uma pequena parte dessa meta foi realizada em projetos novos: as áreas da união disponíveis possuem baixa densidade demográfica e localizadas muito longe das maiores cidades do estado – o que claramente não garante mais famílias a serem assentadas. Uma saída é se pensar em investir na área de desapropriação de imóveis rurais em áreas com potencial para receber mais famílias aptas a serem assentadas e, assim, impulsionar a meta nos próximos anos.

Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2010 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	ha (hectare)	644.848	504.063,7296	2.505.352	78,17%

Fonte: LOA 2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago	% Liquidado	% Pago
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$ (f)	% (e=d/b)	% (g=f/b)
R\$ 1.096.242	796.020,00	784.633,79	683.700,41	683.700,41	85,89	85,89

Fonte: SIAFI

O percentual de meta realizada nesta ação foi de 78,17%, em relação ao estabelecido na PO 2010, liquidando 85,89% da provisão financeira recebida para exercício. A meta de área vistoriada cumprida ficou abaixo da prevista em razão da impossibilidade de vistoriar todas as áreas inicialmente programadas.

Tal impossibilidade deu-se em razão das complicações para a execução dessa ação. A logística para a execução das ações e vistorias em campo é dificultada pela distância das áreas em relação à capital, onde os servidores que compõem a Comissão de Arrecadação são lotados. A maior parte da

demanda para as vistorias, com fins de arrecadação, é composta pelas áreas em municípios distantes, principalmente pelas áreas situadas em faixa de fronteira, demandando tempo, aporte de recursos humanos e financeiros.

Outro fator é a extensão das áreas aliada ao difícil acesso as mesmas, além do reduzido número de peritos federais agrários lotados no Serviço de Obtenção de Terras. Este último item é, sem dúvida, o que certamente tenciona para baixo a obtenção dos resultados: sem Engenheiros Agrônomos para vistoria em campo fica praticamente inviabilizada definitivamente a ação em metas maiores.

No estado do Amazonas são priorizadas as áreas objeto de obtenção por arrecadação, onde há maior pressão para a destinação das mesmas e acirram-se os conflitos sociais em terras públicas da União. Assim, destaca-se que parte dos recursos desta ação foi utilizada para a criação de projetos em áreas arrecadadas, contribuindo para o cumprimento da meta de assentamento de famílias.

Na Tabela 1 discrimina-se os Imóveis/Glebas vistoriados em 2010. Ao final do processo de arrecadação, essas áreas serão propostas para destinação, quer seja para regularização fundiária, para a criação de projetos de assentamento ou outras formas de destinação.

Tabela 1. Áreas vistoriadas na Ação 8387 – Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais, SR-15.

Nº Processo	Imóvel/Gleba	Localização (Município)	Área (ha)	Objetivo
54270.007747/2009-84	João Bento	Lábrea	295.650,2531	Arrecadação
54270.000346/2010-37	Aripuanã	Boca do Acre/Lábrea	11.033,1723	Arrecadação
54270.000473/207-31	Seringal Alagoinhas	Guajará	56.387,5651	Arrecadação
54270.001118/2005-17	Seringal Boa Fé	Guajará	116.606,6966	Arrecadação
sem processo formalizado	Rio Madeira II	Borba/Autazes	11.073,2600	Criação de Projeto de Assentamento em Imóvel arrecadado
sem processo formalizado	Mapiá	Borba/Autazes	11.525,2300	Criação de Projeto de Assentamento em Imóvel arrecadado
2001.32.00.002909-3 (7ª Vara Federal - Ambiental e Agrária)	TD Aurora	Iranduba	1.063,03	Perícia Judicial
2001.32.00.002909-3 (7ª Vara Federal - Ambiental e Agrária)	TD Nova Aurora	Iranduba	724,52	Perícia Judicial
TOTAL			504.063,7296	

1.1.1.2 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença Ambiental Protocolada	32	7	32	21,88

Fonte: LOA 2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago	% Liquidado	% Pago
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$ (f)	% (e=d/b)	% (g=f/b)
160.000,00	54.352,95	36.693,72	31.599,53	31.599,53	58,14	58,14

Fonte: SIAFI

O número de pedidos protocolados corresponde 21,8% do que foi programado. Deve-se este baixo índice de protocolos a fatores associados à redução no quadro de pessoal do setor de Meio Ambiente da SR (de quatro servidores para três) com ganho de novo servidor apenas no fim do ano.

Todos os pedidos protocolados em 2010 são de Licenças Prévias (LP's) – de acordo com a tabela acima. A solicitação apenas de licenças prévias é decorrente da exigência da OEMA (IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas) para a Licença de Operação (LO) da

averbação em cartório da Reserva Legal e da apresentação do Atestado de Condição Sanitária – expedido pela Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas (FVS) apenas após o cumprimento de todas as exigências do Relatório de Avaliação do Potencial Malarígeno. Tais exigências cabem à Divisão de Desenvolvimento desta Superintendência (Malaria) e de Ordenamento Fundiária (no caso de averbação). Desta forma, para que o pedido de LO's seja viabilizado, é fundamental uma ação integrada nesta SR.

Objetivando solucionar o problema o INCRA/AM firmou termo de cooperação técnica com a FVS para equacionar as ações de combate e controle à malária nos assentamentos. Na prática, até o momento, pouco foi realizado.

Entre os critérios para selecionar quais assentamentos seriam incluídos nos pedidos, além dos novos assentamentos que dependem de LP (Conama 387 e item II do TACA assinado com o IPAAM em abril de 2010), inclui-se também parte dos assentamentos que foram auditados pelo TCU (2007).

Além da limitação interna do INCRA, há de se mencionar que o órgão ambiental, a outra ponta da meta, somente expediu 1 (uma) LP. Os obstáculos para a não expedição destas licenças são: (i) a morosidade das prefeituras em atender as solicitações desta SR às certidões necessárias ao protocolo de processos de assentamentos a serem criados; (ii) a liberação do IPAAM de licenças de Planos de Manejo à particulares em áreas dentro do perímetro de Projetos de Assentamento, pertencentes à União, sem que estes comprovem a posse da terra; e, (iii) a nova exigência de cumprir a Instrução Normativa 05/2009/ICMBIO, a qual cita que assentamentos nas zonas de amortecimento necessitam de sua anuência – que cria mais um entrave burocrático e à falta de pessoal da OEMA para atender a demanda do INCRA.

Nesta questão específica da IN 05/2009 do ICMBio, os problemas enfrentados pela Seção de Meio Ambiente:

- Quando da solicitação, os servidores daquela Autarquia (ICMBIO) não estavam capacitados para avaliar o pedido de anuência. Como o Estado do Amazonas é assistido por duas Coordenação Regional do ICMBio, não havia um procedimento padrão;
- Está facultada na Instrução Normativa a cobrança de taxa para emissão do Termo de Anuência. Ambas as Coordenações Regionais resolveram pela cobrança, mas não sabiam como fazê-la. Até que o pagamento da GRU's pudesse ser feito passaram-se aproximadamente 4 meses: ICMBio não possuía código de recolhimento junto à STN (Secretaria de Tesouro Nacional).

Quanto à Execução Financeira – Orçamentária justificamos que ao grande diferença do valor observado entre a PO 2010 solicitada e o que foi efetivamente empenhado/liquidado se deve ao cenário particularizado acima. Ademais, deve-se mencionar, ainda, que houve uma super estimativa do valor médio das licenças ambientais – o que causou aumento na demanda refletida na PO. Para 2011, este valor será aproximado melhor à realidade.

1.1.1.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não se aplica.

1.1.1.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não se aplica

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

1.1.1 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

Principais Ações do Programa

1.1.1.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Família Atendida	3.154	0,00	0,00%	3.154

Fonte: Planilha de Monitoramento

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
14.954.570,00	16.661.044,77	16.631.616,25	99,82%	16.631.616,25	99,82%	3.057.289,64	18,35%

Fonte: SIAFI

ANÁLISE CRÍTICA

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

1.Cumprimento das metas físicas.

Não foram cumpridas na forma programada.

2. Ações que apresentaram problemas de execução.

As ações programadas para implantação de infra-estrutura – recuperação e abertura de estradas - nos Projetos de Assentamento:

a – Obras licitadas:

As obras licitadas só foram iniciadas no final do exercício em função do processo licitatório ter apresentado vários problemas e obstáculos, tendo como consequência o início dos serviços no período chuvoso da região.

As empresas iniciaram as obras, porém ficaram impossibilitadas de continuar em razão da chegada do inverno, as obras encontram-se paradas, e conseqüentemente todos os contratos tiveram seus prazos prorrogados.

b – Aquisição de patrulha:

Parte dos recursos foram destinados a aquisição de patrulha mecanizada e repassadas as Prefeituras dos Municípios onde temos Projetos de Assentamento, através de convenio, a fim de as Prefeituras realizarem os serviços de recuperação e abertura de estradas vicinais.

Justificativa – Na aquisição das patrulhas demandou um tempo muito grande no processo licitatório bem como na entrega dos equipamentos pela empresa vencedora do certame, na elaboração do convenio com as Prefeituras, tempo este que impossibilitou a entrega os referidos equipamentos no exercício de 2010, tendo como consequência a não execução de recuperação e abertura de estradas programadas para o referido exercício.

Os equipamentos estão sendo entregues conseqüentemente neste exercício e os serviços serão executados conforme programado.

1.1.1.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Família Atendida	716	5.422	757,26%	

Fonte: LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.055.920,00	3.961.133,00	3.961.133,00	100,00%	3.961.133,00	100,00%	914.952,21	23,10%
Fonte:							

Análise Crítica

1. Cumprimento das metas físicas:

Todo planejamento do Georeferenciamento foi devidamente realizado através do Cronograma de execução para cada Empresa e foi cumprido de maneira correta onde foram alcançados todos os objetivos;

2. Ações que apresentaram problemas de execução:

Em alguns dos nossos projetos apesar de todo o trabalho minucioso que temos ocorreu alguns TD'S DO GEA, onde tivemos que solicitar do ITEAM a documentação original para então darmos

procedimentos as ações, como também algumas áreas que a FUNAI delimitou dentro de nossos projetos mas consultamos a FUNAI e estamos conciliando a mesma;

3. Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Conforme nosso Cronograma de execução toda nossa meta é cumprida religiosamente dentro de um acompanhamento de fiscalização para que não haja de qualquer Empresa uma ação na Justiça contra o Órgão;

4. Ações Prioritárias na LDO:

De acordo com o pregão em vigor, todas as Empresas contratadas estão cumprindo seu papel dentro do nosso planejamento, nós do INCRA é que não estamos cumprindo o nosso papel perante as Empresas, estamos com déficit financeiro com todas nos meses de novembro, dezembro de 2010, janeiro e fevereiro de 2011.

Hoje podemos definir que as Empresas estão passando dificuldades quanto a conclusão dos trabalhos, tendo em vista o INCRA não ter honrado o compromisso financeiro das Empresas, causando assim um descontentamento geral e isso acarreta o não cumprimento de metas.

Contratação de Empresa especializada em execução de georreferenciamento para demarcação de perímetro e de parcelas dos projetos de assentamento.

ITEM	PROJETO	MUNICIPIO	ÁREA (ha)	VALOR (R\$)	KM	FAMÍLIAS
01	PAE ACARÁ	AUTAZES	157.943,8192	447.700,00	447,7	600
02	PAE CANAÃ	AUTAZES	133.237,8281	263.000,00	263,0	100
03	PAE ABACAXIS	BERURI	687.633,5550	530.000,00	370,0	30
04	PAE TROCANÃ	BORBA	75.220,3235	217.800,00	217,8	500
05	PAE RIO AÇUÃ	CANUTAMA	581.470,7810	61.700,00	61,7	45
06	PAE NOVO HORIZONTE	HUMAITÁ	18.776,7745	76.000,00	76,0	40
07	PAE STA M ^a AUXILIADORA	HUMAITÁ	35.836,3818	128.000,00	128,0	97
08	PAE SÃO BENEDITO	APUI	203.088,9253	240.000,00	190,3	80
09	PAE TERRA FIRME	GUAJARÁ	7.335,1370	328.300,00	54,0	50
10	PAE CABALIANA I	MANACAPURU/ CAAPIRANGA	92.496,4049	323.100,00	413,0	1094
11	PAE JENIPAPOS	MANICORÉ	40.401,1820	90.000,00	90,0	395
12	PDS REALIDADE	HUMAITÁ	43.321,5803	131.200,00	131,2	175
13	PDS SAMAÚMA	TAPAUÁ	24.088,3870	166.500,00	166,5	130
14	PDS PRIMAVERA	TAPAUÁ	46.640,3271	101.000,00	101,0	130
15	PDS LAGO DO TUCUNARÉ	CAREIRO	3.918,6520	40.700,00	40,7	50
16	PDS RIO TACANA	TABATINGA	3.584,0293	48.000,00	48,0	120

17	PA SÃO FRANCISCO	CANUTAMA	19.300,6792	140.000,00	140,0	298
18	PA URUMUTUM	TABATINGA	4.740,0000	75.000,00	75,0	142
19	PA MATUPI	MANICORÉ	34.344,9000	205.000,00	205,0	533
20	PA RIOSINHO	CARAUARI	4.462,2100	120.000,00	120,0	250
21	PA PÁCIÁ	LABREA	5.320,4528	100.000,00	100,0	305
22	PA UMARI	LÁBREA	9.017,1030	167.000,00	167,0	158
TOTAL -----→			2.192.323,0520	4.000.000,00	3.524,9	5.422

Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	3	Família Beneficiada	100	100	100,00%	

Fonte: Monitoramento

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0,00	130.000,00	96.945,00	74,57%	96.945,00	74,57%	96.945,00	74,57%

Fonte: SIAFI

No ano de 2010 a Ação Terra Sol, na Superintendência Regional do Amazonas, realizou a oitava edição da Feira da Agricultura Familiar do Estado – VIII FEAF/AM.

O Projeto da VIII FEAF-AM (conforme “Espelho de Projeto” - ANEXO II da NE 76 -) encaminhado ao Incra-Sede no mês de setembro, contemplava **150 famílias** de 41 assentamentos no valor de R\$ **207.160,00** (duzentos e sete mil cento e sessenta reais). Apesar de o valor solicitado estar de acordo com o valor programado para o ano de 2010, nos foi informado que não havia recursos para realização do projeto, motivo pelo qual a realização da feira foi adiada duas vezes.

Finalmente foi liberado apenas o valor de R\$ **130.000,00** (cento e trinta mil reais) e fizemos os devidos ajustes, que entre outros reduziu o número de participantes de **150** para **100**, alterando a execução física inicial.

Diante do exposto, consideramos que realizamos 100% da meta prevista na PO 2010. Avaliamos como positivo o esforço de realizar a feira apesar das dificuldades, pois a mesma já está consolidada como um espaço para promoção, divulgação, comercialização dos produtos agrícolas, extrativistas, agroindustriais e artesanais produzidos pelos assentados da Reforma Agrária, bem como das ações do INCRA dentro do Estado.

Em relação à execução orçamentária informamos que a diferença entre o empenho emitido e o liquidado é devido ao processo de licitação por meio de pregão eletrônico.

Por último, destacamos as dificuldades para execução de nossas ações, que vão desde a escassez de recursos financeiros até a dificuldade de acesso e comunicação com nosso público beneficiário, passando pela falta de recursos humanos da autarquia, especialmente no caso da Ação Terra Sol que é necessariamente multidisciplinar e complexa.

1.1.1.3 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	3	Doc. Tit. Expedido	435	4.098	942,07%	

Fonte: LOA?Monitoramento

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	%(d=c/b)	R\$(e)	%(f=e/b)	R\$(g)	%(h=g/b)
63.126,00	63.126,00	62.611,20	99,18%	62.611,20	99,18%	49.330,20	78,15%

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A titulação é um setor finalístico, executando as suas ações conforme a demanda de processos que lhe é encaminhado. Desta forma, no exercício de 2010, próximo passado, foram emitidos 4.098 Instrumentos de Titulação, tendo em vista que esta quantidade é referente ao número de processos que nos foi enviado, durante o decorrer do ano.

Contudo, como já citado anteriormente para a expedição do documento da terra se faz necessário a realização de outras atividades.

Dois movimentos ocorrem antes do processo de titulação. Por um lado, após a inscrição e homologação/aprovação do candidato no assentamento, procede-se a pesquisa cadastral junto ao SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Caso não se encontre óbice o processo do assentado é encaminhado ao setor de Titulação para emissão do Contrato de Concessão de Uso – CCU, instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal. Como se pode perceber a emissão de CCU aos novos assentados ocorre de forma célere e simplificada (devido ao caráter provisório do documento), o que justifica a superação das metas do exercício de 2010.

De outro lado, estão aqueles cujo documento da terra ainda não foi emitido ou precisa ser substituída em face da mudança da legislação. Para estes a realização de vistoria no lote é condição, de forma que se ateste a regularidade do beneficiário. Após a identificação de regularidade o documento correspondente é emitido (CCU ou TD). As constantes vistorias em 2009 e 2010 ajudam também a compreender o acréscimo no número de documentos da terra emitidos.

A seguir inserimos um quadro demonstrativo dos Projetos de Assentamentos e municípios que tiveram documentos emitidos.

PROJETO	MUNICÍPIO	Nº DE DOCUMENTOS	
		CCU	TD
PAE BELA VISTA II	MANAQUIRI	1.105	
PAE CURUPIRA	ITACOTIARA	404	
PAE PIRANHA	MANACAPURU	534	
PAE PURUS	BERURI	040	
PA ACARÁ	AUTAZES	011	
PAE ILHA DO ARAMAÇA	BENJAMIN COSNTANT	218	
PA NOVO JARDIM	AUTAZES	039	
PA TARUMÃ MIRIM	MANAUS	014	
PAE STª Mª AUXILIADORA	HUMAITÁ	002	
PAE CABALIANA II	MANAQUIRI	728	
PAE VILA A.DO JUI	STº ANTONIO DO IÇA	315	
PAE ABACAXIS II	NOVA OLINDA DO NORTE	167	
PA CANOAS	PRES.FIGUEIREDO	001	
PDS COSTA DO CALDEIRÃO	IRANDUBA	318	
PA SANTO ANTONIO	MANAUS	001	
PA NOVO REMANSO	ITACOATIARA	070	

PA IPORÁ	ITACOATIARA	041	
PA MONTE	BOCA DO ACRE	001	
PA PIABA	BORBA	001	
PA CAVIANA	BERURI	001	
PA AGUA BRANCA	MANAUS	003	
PA VILA AMAZONIA	PARINTINS	002	
PA RIO PARDO	PRESIDENTE FIGUEIREDO	001	
PA IPORÁ	RIO PRETO DA EVA	000	001
PA MATUPI	MANICORÉ	001	
PAE CASTANHO	CAREIRO	079	
TOTAL -----→		4.097	001
		4.098	

1.1.1.4 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2010 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	família	227	455	605	200,44

Fonte: LOA 2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago	% Liquidado	% Pago
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$ (f)	% (e=d/b)	% (g=f/b)
547.843,00	223.566,20	222.070,75	12.280,09	12.280,09	5,50	5,50

Fonte: SIAFI

A previsão para o ano de 2010 era a aplicação de recursos nas atividades: elaboração de um plano de manejo para um Projeto de assentamento Florestal (PAF) Rio Içá; (ii) contratação de terceirizada para elaborar plano de manejo florestal sustentável de pequena escala (PMFSPE) em quatro assentamentos e (iii) contratação de terceirizada para Recuperação de área degradada em projeto de assentamento através de construção de viveiro de mudas.

O Plano de Manejo para o PAF Rio Içá não pode ser finalizado no ano de 2010, pois o ICMBio não concedeu anuência ao PAF, impedindo assim, a liberação de sua LP. Desta forma, ficaria inviabilizada, também, a anuência para o plano de manejo florestal. No corrente ano o Serviço de Meio Ambiente trabalhará com o ICMBio para tentar reverter o parecer contrário de anuência.

Uma questão recorrente no Estado do Amazonas, é a necessidade do estreitamento das ações do INCRA com o ICMBio para que estes entraves ao licenciamento dos projetos de licenciamento e os conseqüentes projetos de manejo planejados deixem de existir.

As licitações dos contratos à execução plano de manejo florestal sustentável de pequena escala ocorreram e duas empresas foram contratadas: a primeira está executando a implantação do plano de manejo com sucesso no Projeto de Assentamento (PA) Canoas e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Morena, ambos em Presidente Figueiredo (AM), enquanto a segunda teve problemas de implantação do Plano no PA São Francisco, mas está tendo êxito no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Novo Oriente, localizados em Humaitá-AM. A implantação do viveiro no PDS Nova Esperança, situado em Iranduba-AM, já está iniciada.

Em todos os casos havia previsão orçamentária e planejamento na PO 2009 e 2010; além disso, as atividades estão previstas no Plano de Ação Ambiental da Superintendência do Incra no Amazonas 2009 – 2011, aprovado pela Superintendência e enviado para a Sede.

Entre os critérios para seleção de quais assentamentos seriam contemplados com estas ações citadas acima, levou-se em conta o atendimento do acórdão do TCU (2007), o qual estabeleceu a necessidade de providência mais efetivas pelo INCRA quanto à legislação ambiental.

Quanto à Execução Financeira – Orçamentária observa-se grande diferença entre o que foi empenhado e o que de fato foi liquidado. Deve-se, em grande parte, ao pagamento destes recursos para as terceirizadas apenas para o ano de 2011 (uma vez que os relatórios foram aprovados apenas no início deste ano, ficando, portanto, em restos a pagar). Além disso, o período de execução prevê, nos contratos, que o fim destes se dará apenas após cumpridas algumas exigência - o que evidentemente prorroga o pagamento.

1.1.1.6 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	0427	OP	3	Família Atendida	1.280	1.867	145,89%	8.241

Fonte: Planilha de Monitoramento

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
35.238.821,00	40.675.400,00	40.660.835,63	99,96 %	112.000,00	0,28 %	112.000,00	0,28 %

Fonte: SIAFI

Justificativa e Análise Crítica

O crédito Instalação do exercício de 2010 foi previsto na Programação Operacional (PO) no valor de R\$ 35.238.821,00 para atender **1.280** famílias beneficiadas nos projetos de assentamentos do Amazonas. No decorrer do exercício, verificamos demandas de famílias que não haviam sido beneficiadas com o Crédito Instalação. Devido esse acréscimo de famílias, recebemos da Diretoria de Desenvolvimento uma complementação de recurso orçamentário no valor de R\$ 5.436.579,00, totalizando o valor do crédito/2010 de **R\$ 40.675.400,00**.

Informamos que foi depositado na conta da Associação dos Assentados responsável pela aplicação do crédito o valor de R\$ 112.000,00, o restante do valor 40.548.835,63 do empenho

emitido, ficando em restos a Pagar não Processado, devido a não disponibilidade do recurso financeiro até o final do exercício de 2010.

Ao crédito Instalação aquisição de materiais de construção (habitação) foram efetivamente construídas no exercício um total de **1.028** casas, com os recursos depositados na conta das associações/comissões, crédito executados dos exercícios anteriores.

As informações acima citadas estão contidas no quadro da Execução Física das ações realizadas pela UJ, na planilha de monitoramento em execução no exercício de 2010.

Na operacionalização da ação de crédito instalação algumas dificuldades se apresentam, tais como:

1. Insuficiência de recursos humanos;
2. Dificuldades do deslocamento dos servidores a serviço da comissão de crédito, devido à extensão e localização dos projetos de assentamento que precisam recorrer a meios de transportes pouco comuns à maior parte da realidade brasileira, como lancha e voadeira, característicos do interior da região amazônica.
3. Segue-se quadros demonstrativos das ações executadas.

Anexo 1:

DEMONSTRATIVO DO CREDITO INSTALAÇÃO APOIO INICIAL EM 2010				
Nome do Projeto	Município	Crédito	Situação	Nº de famílias
PDS CUEIRAS ANAVILHNAS	MANAUS	APOIO INICIAL	APLICADO	158
RESEX ITUXI	LABREA	APOIO INICIAL	APLICADO	82
RDS JUMA	NOVO ARIPUANA	APOIO INICIAL	APLICADO	167
SANTA FE	HUMAITA	APOIO INICIAL	APLICADO	39
PDS NOVA ESPERANÇA	EIRUNEPÉ	APOIO INICIAL	APLICADO	12
PAE ILHA DO PARANA	PARINTINS	APOIO INICIAL	APLICADO	20
TUCUNARE	CAREIRO	APOIO INICIAL	APLICADO	44
RESEX MEDIO PURUS	LABREA	APOIO INICIAL	APLICADO	695
PAE BELA VISTA II	MANAQUIRI	APOIO INICIAL	APLICADO	482
PDS SAMAUNA	TAPAUA	APOIO INICIAL	APLICADO	60
PDS PRIMAVERA	TAPAUA	APOIO INICIAL	APLICADO	50
PDS MANDIOCA	MANAQUIRI	APOIO INICIAL	APLICADO	58
TOTAL				1.867

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS INSTALAÇÃO HABITAÇÃO - EM ANDAMENTO		
NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	CASAS CONSTRUIDAS
RDS URARIA	MAUES	85
PDS COSTA DO CALDEIRÃO	IRANDUBA	190
PAE ILHA DO BAIXIO	IRANDUBA	50
PAE ILHA DA PACIENCIA	IRANDUBA	30
PAE PIRANHA	MANACAPURU	58
PAE ILHA MURATU	IRANDUBA	10
RDS AMANA	TEFE	39
PDS NOVA ESPERANÇA	IRANDUBA	14
PA PANELÃO	CAREIRO	23
PAE ONCAS	MANICORE	57
PDS GADEÃO	LABREA	24
PAE ILHA MARIA ANTONIA	IRANDUBA	7
CABALIANA II	MANACAPURU	140
CABALIANA I	MANACAPURU	50
PAE ARAMAÇA	BENJAMIM CONSTANT	65
PAE TACANA	TABATINGA	54
CRAJARI	BENJAMIM CONSTANT	31
FLORA AGRICOLA/TEFE	TEFE	19
RDS UACARI	CARAUARI	57
PAE MARIPITI	MANICORE	10
PAE ILHA JACURATU	PDS NOVO REMANSO	15
TOTAL GERAL		1.028

1.1.1.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0137	2272	OP	3	--	--	--	--	--

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.127.553,00	1.282.927,30	1.266.810,03	98,74%	1.266.810,03	98,74%	1.197.782,28	93,36%

Fonte: SIAFI

REALIDADE DO AMAZONAS

Entremeado por rios e a exuberante floresta Amazônica, o estado amazonense apresenta características peculiares.

O censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aponta a população do Amazonas em 3.480.937 habitantes. Destas 2.755.756 estão na área urbana e 725.181 habitam a área rural. A Densidade Demográfica do estado é de 2,21 habitantes por km². A baixa densidade demográfica (a segunda menor do Brasil) pode ser relacionada com o seu tamanho, já que o estado representa 18% do território nacional, com 1.559.161,682 km² de extensão.

Afora a baixa densidade demográfica outra característica do Amazonas é o isolamento das populações rurais. Diferentemente de outras partes do Brasil, os amazonenses da área rural, via de regra, não estão nucleados, o que dificulta o acesso e a implantação das políticas públicas. Traduzindo em miúdos significa, a título de exemplo, que a comunidade Bananal, do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Santo Antonio Mourão está a aproximadamente 5 horas, por via fluvial, da sede do município de Eirunepé (Dista da Capital do Estado 1.150 km em linha reta e 3.193 Km por via fluvial). Em termos práticos se usa para chegar à comunidade 1,5 dias.

Todos estes aspectos devem, portanto, ser considerados na execução das ações governamentais.

DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS AMAZONENSES

Apesar de fundamental e estratégico para o Brasil, a implantação das ações que gerem desenvolvimento não se constitui tarefa fácil. Já que é necessário articular as dimensões econômica, social e ambiental, respeitando a cultura local e garantindo boas condições as gerações futuras. E observar as características do local.

Com esta lógica, o INCRA, especialmente a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, realiza atividades junto aos beneficiários da reforma agrária. Estas atividades, institucionalmente, estão inseridas no Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento. O custeio para a realização e cumprimento das metas institucionais passa pela disponibilização de Diárias e Passagens (aéreas, fluviais e terrestres), consumo (combustível) e fretes de barcos, além das despesas administrativas.

No campo o Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento ganha vida por meio de ações, a saber:

- a) **Acompanhamento dos projetos de assentamento** – ação fundamental para que se possa identificar, apoiar ou solucionar problemas no assentamento. Dela, por meio de visitas/vistorias nos lotes, é possível potencializar as situações positivas e trabalhar as possíveis irregularidades existentes no assentamento. Em 2010 realizamos vistorias pontuais para resolver litígios, confirmar regularidade do assentado, entre outros motivos. A título de exemplo, a partir de vistorias nos lotes, emitimos 167 certidões para assentados, possibilitando que eles atestem a diferentes órgãos sua condição de agricultor e beneficiário da reforma agrária, e em decorrência tenham acesso a direitos, inclusive previdenciários. Realizamos, ainda, levantamento envolvendo todo o projeto de assentamento, conforme detalhado abaixo:

Água Branca	35 famílias visitadas/vistoriadas
Aliança	70 famílias visitadas/vistoriadas
Aripuanã Guariba	55 famílias visitadas/vistoriadas
Gedeão	123 famílias visitadas/vistoriadas
Paquequer	370 famílias visitadas/vistoriadas
Santo Antônio	205 famílias visitadas/vistoriadas
Sampaio	257 famílias visitadas/vistoriadas
São Francisco	238 famílias visitadas/vistoriadas

- b) **Concessão de Crédito às famílias assentadas** – as atividades de crédito abrangem desde a coleta de assinatura nos contratos de crédito até o fechamento da prestação de contas (passando pela emissão e assinatura dos contratos de crédito, orientação as entidades associativas, confecção de planilhas, entrega e fiscalização dos benefícios/material, organização do processo e prestação de contas.
- c) **Demarcação Topográfica em áreas de assentamento** – com esta ação é possível estabelecer os limites do projeto de assentamento e dos lotes (quando for o caso), o que se constitui condição para a Titulação. As atividades desta ação envolvem fiscalização e recebimento dos trabalhos de Georreferenciamento contratados.

- d) **Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento** – as despesas da ação abarcam a fiscalização das obras e recebimento do trabalho realizado pelas contratadas.
- e) **Terra Sol** – programa voltado a apoiar o beneficiamento e comercialização dos produtos dos assentamentos. Para operacionalizá-lo é necessário cumprir atividades com as organizações associativas/cooperativas pleiteantes, visita técnica para análise de viabilidade técnica, entre outros. Assim, várias atividades de campo são necessárias para o desenvolvimento do programa.
- f) **Titulação de Assentamentos** – a expedição da Certidão de Concessão de Uso – CCU aos assentados é feito após as inscrições no PNRA. Todavia, os inscritos antes da legislação pertinente ao CCU, só tem seus documentos emitidos após fiscalização e comprovação de regularidade. Assim, as ações de titulação dependem do Acompanhamento dos Projetos, detalhado abaixo. Depois destas ações ocorre a emissão do documento e programação de entrega dos mesmos.

As atividades descritas acima tanto são realizadas pelos servidores da Divisão de Desenvolvimento quanto pelos lotados nas Unidades Avançadas do INCRA, cujo custeio se dá por esta divisão. Cabe destacar, que a extinção de algumas destas Unidades tem acarretado aumento nas despesas, já que há necessidade de maiores deslocamentos para atender os assentados distribuídos nos municípios.

1.1.2 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

1.1.2.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Normatização e Fiscalização	0138	2105	A	3	Imóvel Gerenciado	9.799	1.915	19,54	9.799 (*)

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR

(*) Segundo orientação da Coordenação-Geral de Cadastro – INCRA-SEDE, como o Orçamento do INCRA de 2011 não está fechado, deve-se repetir a meta de 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
88.191	88.192	81.353	92,25	81.353	92,25	81.353	92,25

Fonte: PO 2010 e SIAFI

Unidade de Medida: Imóvel Gerenciado: Imóvel particular ou público que sofreu uma ação de atualização das informações cadastrais via Declaração de Propriedade – DP junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

O baixo percentual de 19,54% de realização da meta prevista para o exercício de 2010 é uma consequência da unidade de medida da ação não refletir corretamente o produto, pois os recursos não são investidos diretamente no cadastro de imóveis rurais (imóveis gerenciados).

Os imóveis gerenciados são uma consequência de manutenções e novos cadastros inseridos no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.

O cadastro de imóvel rural é declaratório, portanto, dependente da vontade do declarante em procurar o INCRA para executar a atividade.

Os recursos financeiros são investidos para dotar pontos de atendimentos nos municípios do Estado, as Unidades Municipais de Cadastro – UMC, através de formalização de Termos de Cooperação Técnica e treinamentos dos representantes municipais. Visando disponibilizar alternativas de atendimento fora da Superintendência Regional, para facilitar o deslocamento dos declarantes até a sede dos municípios, que se justifica com o tamanho geográfico do Estado do Amazonas.

Nas UMC's são disponibilizados recepcionistas para os formulários e documentos, orientadores para o preenchimento dos formulários, acesso ao SNCR em alguns municípios, agilizando a inserção de dados no sistema e a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR.

Os recursos são investidos ainda em treinamentos dos servidores da Superintendência Regional, lotados na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária e Sala da Cidadania, visando a padronização dos procedimentos para o cadastro de imóveis.

A SR(15)AM, possui Termos de Cooperação Técnica para o funcionamento das UMC's formalizados desde o exercício de 2005 com 47 (quarenta e sete) municípios. E vem desenvolvendo ações visando atingir todos os municípios do Estado de um total de 62 (sessenta e dois) municípios.

Treinamento dos Chefes das Unidades Municipais de Cadastro – UMC

Além da necessidade de constante reciclagem/monitoria dos UMC's, foi necessária a continuação de treinamentos em consequência do lançamento do novo Manual de Cadastro Rural ocorrida em 2009.

No exercício de 2010 foram treinados 20 (vinte) representantes de UMC's e mais 4 (quatro) auxiliares. E ainda a execução de mais 4 (quatro) monitorias, com implantação/manutenção do sistema SNCR, totalizando 28 (vinte e oito) participantes.

Emissão de Certificados de Imóveis Rural – CCIR

Com a disponibilização do CCIR relativo aos exercícios de 2006/2007/2008/2009 via internet no Portal do INCRA, ocorrida em 14/12/2009, deu-se grande agilidade ao processo de emissão.

No ano de 2010 foram emitidos 14.984 CCIR's, sendo 3.394 via sistema SNCR e 11.590 via Portal do INCRA.

1.1.2.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Tecnologia da Informação	0138	2114	A	3	Unidade	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Caderno de Metas PO/2010

A ação é executada pela Coordenação Geral de Cadastro Rural na Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF no INCRA-SEDE.

1.1.2.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edvaldo Gomes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Ordenamento Territorial	0138	4426	A	3	Área Medida e Georreferenciada	561.404			992.000 (*)

Fonte: Cadernos de Metas 2010

(*) Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
7.651.422	1.935.000	1.897.028	98,04	1.897.028	98,04	22.028	1,14

Fonte: Caderno de Metas PO/2010 e SIAFI

Quanto à ação de georreferenciamento na Região da Amazônia Legal em decorrência das disposições da Lei nº 11.952/2009, já foram realizados 4 pregões, cuja área estimada a ser georreferenciada é de 11,0 milhões de hectares, com aproximadamente 70 mil ocupações e mais de 1.000 km de perímetros de áreas urbanas consolidadas.

Todos os contratos celebrados são de responsabilidade da Superintendência Nacional, em Brasília, que libera as parcelas de pagamento dos contratados após avaliação das equipes de fiscalização em campo, em cada estado, e os resultados serão informados pela sede.

Os recursos provisionados e empenhados no montante de R\$ 22.028,22 (vinte e dois mil, vinte e oito reais e vinte e dois centavos) para a SRFA05/AM, através da unidade gestora SR(15)AM foram usados para pagamento de diárias passagens e combustível.

A SR(15)AM, provisionou e empenhou o montante de R\$ 1.875.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil reais), referentes a convênio que o INCRA mantém com o Instituto de Terras do Amazonas, em consequência do objeto do convênio se enquadrar na ação.

Convênio INCRA x ITEAM – Digitalização do Acervo Fundiário

A Superintendência do INCRA no Amazonas formalizou em 30/12/2008, convênio com o Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM, com objetivo de realizar a restauração e digitalização dos documentos existentes no acervo fundiário do Estado do Amazonas, gerando mapa fundiário digital.

O convênio foi formalizado com um prazo de vigência de 3 anos, sendo prorrogado por mais um anos, finalizando portanto em 30/12/2011.

O valor total do convênio é de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), sendo R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) de repasse do INCRA e R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) de contrapartida do ITEAM.

A primeira parcela no valor de R\$ 2.625.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais) foi repassada ao ITEAM em 30/04/2009, e a primeira parcela da contrapartida foi disponibilizada pelo ITEAM em 19/08/2009.

Com os recursos da primeira parcela o ITEAM contratou a empresa R. M. KOYNOV – ME, especializada na prestação de serviços de reorganização, conservação e/ou restauração do acervo fundiário sob guarda daquele instituto.

O ITEAM contratou ainda a empresa TECNOMAPAS LTDA, com o objetivo de levantar, digitalizar, lançar perímetro, armazenar em banco de dados e disponibilizar para consulta e atualização o acervo fundiário estadual e federal, do Estado do Amazonas para os municípios de Manicoré, Borba, Novo Aripuanã, Tapauá, Pauini, Barreirinha, São Sebastião do Uatumã, Itacoatiara, Silves e Itapiranga.

O ITEAM ainda efetuou a aquisição de software, equipamentos e material permanente para revitalização do acervo fundiário.

Os recursos orçamentários relativos as parcelas de nºs 2 (dois) e 3 (três) no valor de R\$ 937.500,00 (novecentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) cada, totalizando R\$ 1.875.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil reais) foram empenhados em 10/12/2010.

A disponibilização dos recursos ao ITEAM em decorrência da disponibilidade financeira ficou para o exercício de 2011.

1.1.2.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Ordenamento Territorial	0138	2110	A	3	Área Regularizada	7.330	3.788	51,58	1.770 (*)

Fonte: Caderno de Metas PO/2010

(*) Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
3.090.000,00	7.415,00	7.099,71	95,75	7.099,71	95,75	7.099,71	95,75

Fonte: Caderno de Metas PO/2010 e SIAFI

A ação de **Regularização Fundiária de Imóveis Rurais** tem por objetivo regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

No exercício de 2009, a ação **Regularização Fundiária de Imóveis Rurais** sofreu importantes modificações a partir da Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009 que reestruturou a forma de execução da regularização fundiária na Amazônia Legal, por meio da instituição do Programa Terra Legal, coordenado pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária – SRFA, instituída por meio da Portaria MDA Nº. 20, de 08 de abril de 2009. Tal programa tem como principal objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia legal, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a fim de se obter uma resposta efetiva da regularização fundiária na região supracitada, uma das principais condicionantes para promoção do desenvolvimento sustentável na

região.

Portanto, a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF/INCRA, a regularização fora da Amazônia Legal, e à SRFA a regularização de áreas no âmbito da Amazônia Legal.

EXECUÇÃO FÍSICA REALIZADA PELA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL – SRFA

Conforme apontado anteriormente, o Programa 138 sofreu importantes modificações a partir da reestruturação da regularização fundiária na Amazônia Legal, consubstanciada na criação do Programa Terra Legal, por meio da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, as quais impactaram na execução tanto física quanto orçamentário-financeira dos exercícios de 2009 e de 2010.

O Programa Terra Legal tem como principal objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia legal, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a fim de se obter uma resposta efetiva da regularização fundiária na Amazônia Legal. A partir deste Programa estima-se beneficiar por volta de 180 mil posseiros que ocupam terras públicas não destinadas, em 463 municípios dos 9 estados da Amazônia Legal. Nestes termos, espera-se que este programa auxilie na criação e no desenvolvimento de modelos de produção sustentável na Amazônia Legal.

Para melhor compreensão da operacionalização da regularização fundiária é fundamental explicar a execução do programa. Inicialmente é realizado o cadastramento dos ocupantes de terras públicas, após e/ou concomitantemente se realiza o georreferenciamento das áreas a serem tituladas, bem como das glebas federais das quais serão destacadas as áreas regularizadas.



A Ação 2110 no exercício de 2010 ainda sofreu com os reflexos da criação e estruturação do programa, pois para a emissão de títulos se faz necessária a obtenção de resultados da Ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas e da Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Nacional.

Uma das maiores dificuldades para deslanchar o processo de regularização fundiária na Amazônia, atualmente, é a interdependência das ações, principalmente da ação de georreferenciamento, o que impactou negativamente a execução da regularização fundiária na Amazônia Legal e, em especial, no estado do Amazonas.

No entanto, os esforços empreendidos para a estruturação deste Programa vêm surtindo efeitos muito positivos com a construção de parcerias entre os entes federais, estaduais, municipais e uma maior participação da sociedade.

Número e área (ha) de títulos trabalhados no âmbito do Programa Terra Legal em 2010

Escritório	Nº de Títulos	Área Titulada (ha)	Nº de Processos com Aprovação Nacional	Área Aprovada (ha)	Nº de Processos com Aprovação Regional	Área Aprovada (ha)	Nº de Títulos de Doação de Áreas Urbanas	Área Doada
SRFA-05/AM	9	786,5620	61	3.788,6061	-	-	-	-
SRFA-02/MA	19	821,1615	44	2.234,8867	1	15,8674	-	-
SRFA-03/MT	48	1.186,9238	23	1.111,2246	1	67,4921	4	231,8863
SRFA-07/PA (BLM)	42	1.106,3050	36	1.100,0495	1	15,2174	8	558,9949
SRFA-08/PA (MBA)	9	994,7001	29	3.415,9629	-	-	4	1.055,3494
SRFA-01/PA (STM)	19	2.893,4620	30	13.056,7017	1	246,7680	7	1.593,5322
SRFA-06/RO	69	5.543,5734	37	3.574,8200	-	-	12	1.586,1120
SRFA-09/TO	13	860,7347	17	1.970,1667	-	-	5	851,4693
Sub-Total	228	14.193,4225	277	30.252,4182	4	345,3449	40	5.877,3441

Fonte: MDA/INCRA/SRFA/SISTERLEG.

Quanto ao que foi considerado como resultado cabe aqui uma breve explicação. Os processos em aprovação nacional são aqueles que passaram por todos os trâmites exigidos pela Portaria/MDA nº 23, de 2010, faltando apenas a análise da Consultoria Jurídica – CONJUR/MDA, para a aprovação do Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e emissão do título. Os processos aprovados já passaram pela CONJUR/MDA e foram aprovados pelo Secretário, faltando apenas a emissão dos títulos. Em Relação à regularização de áreas urbanas, foram realizados em 2009 e 2010, Seminários Regionais em Belém-PA, Manaus-AM, Imperatriz-MA, Porto Velho-RO, Cuiabá-MT e Boa Vista-RR, com a participação das Coordenações Estaduais do Programa Terra Legal, do Ministério das Cidades, da Secretária do Patrimônio da União, dos Governos Estaduais, das Prefeituras Municipais e de Associações de Municípios, de Moradores e de Bairros locais, onde as mudanças legais e metodológicas foram apresentadas, bem como a forma de participação dos municípios no processo como um todo. A partir desta ação, 40 áreas que tiveram sua efetiva doação aos municípios, numa área total de 5.877 ha, beneficiando diretamente um total de 213.758 habitantes.

A SRFA05/AM, no entanto, não conseguiu, por dificuldades de logística e de recursos humanos, concluir processo de doação de área urbana, porque as áreas que seriam doadas não estavam ainda arrecadadas e matriculadas em nome da União, para a destinação de terras públicas; a área líquida identificada pela comissão responsável pelos processos de doação é menor que 75% da área contratada para o georreferenciamento, o que inviabiliza a execução do objeto do contrato.

Recursos, no entanto, foram gastos para a identificação de todos esse problemas na área levantada. A SRFA05/AM entregou, em 2010, 09 títulos, numa área total de 786,5620 hectares.

Havia ainda, no findar de 2010, 61 processos finalizados, aguardando apenas a análise da CONJUR/MDA para aprovação do Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal e emissão de título. Considerando-se que para a análise jurídica e a emissão de títulos não há gastos orçamentários, esses resultados foram incluídos na execução da Ação 2110.

A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF, descentralizou recursos no montante de R\$ 7.415,00 (sete mil, quatrocentos e quinze reais) para utilização pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR(15)AM na execução de atividades regimentais, tais como deslocamentos ao INCRA-SEDE para reuniões. Sendo utilizado o montante de R\$ 7.099,71 (sete mil noventa e nove reais e setenta e um centavos).

1.1.2.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Ordenamento Territorial	0138	8380	A	3	Área com Processo Impetrado	96.100	0,00	0,00	60.000 (*)

Fonte: Caderno de Metas PO/2010

(*) Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
4.200.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

A meta para ação foi prevista pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA (Programa Terra Legal), no entanto, não foi executada no Amazonas.

1.1.2.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Ordenamento Territorial	0138	8378	A	3	Área Diagnosticada Destinada	616.000	1.787.865	190,24	750.000 (*)

Fonte: Caderno de Metas PO/2010

(*) Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
2.041.000	1.460.024	1.363.199	93,37	1.363.199	93,37	1.363.199	93,37

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

(*) Capacidade Declarada 2011

No início do ano de 2010 foi editada a Portaria/ INCRA/MDA/02/10, que previa uma ação conjunta entre o INCRA/AM e a SRFA(05)AM - Divisão de Regularização Fundiária da Amazônia Legal no estado do Amazonas, no sul do estado do Amazonas, em especial nas cidades de Lábrea, Boca do Acre e Apuí, por conta de enormes problemas de conflitos fundiários em áreas de regularização e nos projetos de assentamento JUMA e ACARI, em Apuí.

Como resultado desta ação conjunta foram levantadas 3.805 ocupações de lotes, numa área de 850.700 hectares, o que consumiu grande quantidade de recursos, diante do número de servidores envolvidos e da enormidade da área diagnosticada.

Embora fosse conjunta, a ação foi provisionada com orçamento do Programa Terra Legal, que através da UG SR(15)/AM empenhou os recursos disponibilizados.

Além destes levantamentos, no correr do ano foram ainda cadastrados no SISTERLEG 3.928 posseiros, visando a regularização fundiária, numa área total diagnosticada de 937.154,6536 hectares.

Portanto, como resultado final foi diagnosticada uma área total de 1.787.854,6536 hectares, extrapolando a meta em 190,24%.

1.1.2.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Administração Geral	0138	2272	A	3	-	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas PO/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0,00	383.433	377.764	98,52	377.764	98,52	300.004	79,42

Fonte: Caderno de Metas PO/2010 e SIAFI

Não há meta prevista para essa ação na Programação Operacional de 2009.

Como a Divisão de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no estado do Amazonas está instalada dentro do prédio do INCRA, os recursos disponibilizados para esta ação foram usados para o compartilhamento das despesas administrativas durante todo o ano, como gastos com telefones, inclusive celulares, água, luz, material de expediente, compra de tonners para impressoras e máquinas de fax, pagamento de combustível, manutenção de veículos, pagamento de diárias e

passagens de servidores e aluguel de carros, que foram utilizados na ação conjunta no sul do estado do Amazonas no início de 2010, época em que ainda não dispúnhamos de frota própria.

Os recursos descentralizados pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF para a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR(15)AM, foram utilizados na execução de suas atividades regimentais e pela Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal no Estado do Amazonas na implantação da Programa Terra Legal, sendo grande parte dos recursos aplicados na aquisição de material permanente.

Na Divisão de Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR(15)AM foi provisionado o valor de R\$ 17.133,70 (dezesete mil, cento e trinta e três reais e setenta centavos) e utilizado o montante de R\$ 16.010,74 (dezesesseis mil, dez reais e setenta e quatro centavos).

1.1.3 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

1.1.3.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza

Unidades executoras: Superintendência Regional do Incra no Amazonas

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	139	4572	A	3	UN	132	17	12,87%	115

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
125.004,00	100.277,13	90.704,93	90,45%	90.704,93	90,45%	68.737,93	68,54%

Fonte: LOA 2010/ CADERNO DE METAS/ SIAFI

A análise dos números das ações de Capacitação realizadas pela **Superintendência Regional do Incra no Amazonas, SR(15)AM**, no ano de 2010 apontou que foi oferecido um razoável número de cursos e oportunidades de treinamento aos servidores desta Superintendência. Os recursos descentralizados para a capacitação possibilitaram a capacitação de 17 (dezesete) servidores desta Superintendência, perfazendo um total de 448 horas/aula.

Todas as ações de capacitação no ano de 2010 foram realizadas no sentido de desenvolver as competências institucionais, gerenciais, técnicas e de suporte mapeadas pela equipe de Desenvolvimento Humano no Plano Nacional de Capacitação – PNC 2008/2011, com ênfase a capacitar o servidor a realizar as suas tarefas com eficiência e qualidade, de modo a compatibilizar desempenho com objetivos e metas da Autarquia, atendendo as prioridades das áreas responsáveis pelas atividades fins, com destaque para os cursos de “goerreferenciamento de Imóveis Rurais” e “Introdução ao uso de Ferramentas de Geoprocessamento _ ARCGIS 9.3”, que vieram a atender

uma carência de qualificação de pessoal para realização a realização destas atividades com pleno êxito.

1.1.4 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

1.1.4.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

1.1.4.2

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não se aplica

1.1.5 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

1.1.5.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Ordenamento Territorial	1336	1642	P	3	Comunidade Titulada	0	0	0,00	0,00

Fonte: Caderno de Metas PO/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0,00	800,00	800,00	100,00	800,0	100,00	800,00	100,00

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional do INCRA no Amazonas possui apenas o processo de reconhecimento do Quilombo do Tambor, localizado no Parque Nacional do Jaú (PNJ), no município de Novo Airão/AM.

A comunidade tem 17 famílias com reconhecimento e Certificação da FCP.

A área do território pleiteada foi delimitada em 719.880,6773 hectares no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, publicado no Diário Oficial da União em 16/01/2009 e Diário Oficial do Estado em 04/03/2009.

Em razão da área pleiteada incidir sobre uma Unidade de Conservação de Proteção Integral (PNJ), o processo encontra-se na Câmara de Conciliação da Administração Federal - CCAF/AGU.

1.1.5.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Outros Encargos Sociais	1336	0859	OP	3	Área Indenizada (ha)	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Caderno de Metas PO/2010

Não houve meta para a SR no exercício de 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Não houve meta para a SR no exercício de 2010.

1.1.6 Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

1.1.6.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	366	1350	4474	A	3	Trab. Rural Escolarizado	800	1.200	150,00%	

Fonte: LOA/Monitoramento

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Monitoramento

Ação realizada por meio de convênio firmado com a Universidade do Estado do Amazonas - UEA e Fundação Institucional MURAKI.

Trata-se da continuidade do projeto educacional apresentado pela UEA sob o título EDUCAMPO I, para escolarização em nível de 1º Segmento do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, de 1.200 alunos/agricultores em áreas de reforma agrária (assentamentos) no estado do Amazonas, no período de 02 anos.

As aulas começaram efetivamente em julho de 2008 e estavam com previsão de término para junho de 2010, mas em decorrência de um aditivo de prorrogação do prazo de vigência do convênio, encerraram em 30 de dezembro de 2010.

Os recursos orçamentários destinados para esta ação (em 2009) no valor de R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais) foram recebidos e empenhados em 2009, e inscritos em restos a pagar, com previsão de pagamento para o início de 2010, situação esta gerada em decorrência de problemas na apresentação e análise da prestação de contas dos recursos já repassados às instituições parceiras.

Ocorre que as pendências persistiram por mais tempo e os recursos só foram repassados em julho de 2010, tendo como consequência a prorrogação do prazo de vigência do convênio já citado.

O percentual de 150% na meta física informado no quadro acima decorre do fato de se tratar de uma ***ação continuada***. Portanto há de se esclarecer que os **800** alunos informados na meta prevista para 2010 são objetos de dois novos projetos educacionais de ALFABETIZAÇÃO e ESCOLARIZAÇÃO que por motivos diversos, principalmente pelo fato de estarmos juridicamente sem condições de firmar convênios, não se concretizaram no exercício.

Os resultados estatísticos e os impactos sobre a realidade dos assentamentos contemplados serão apresentados e analisados quando da apresentação da prestação de Contas e Relatório Pedagógico pelas entidades parceiras, o que ocorrerá impreterivelmente até o dia 30 de março de 2011.

Acompanhamos, portanto durante o exercício de 2010 as atividades do projeto EDUCAMPO I, que contemplou 06 municípios e 08 assentamentos, conforme quadro demonstrativo a seguir.

<u>Quadro de Atendimento por Município</u>				
Nº	Município	Nº de Alunos	Nº de PA's	Assentamentos/Resex
01.	Tefé/Alvarães	120	01	Flona Tefé – Rio Curumitá
		120	01	Flona Tefé – Rio Tefé
02.	Fonte Boa	200	01	Resex Auati/Paraná
03.	Lábrea	200	01	PA Umari
			01	PA Pacia
04.	Manicoré	260	01	PA Matupiri
			01	PAE Jenipapos
			01	Resex Lago do Capanã Grande
			01	PAE Onças
05.	Parintins	265	01	PA Vila Amazônia
06.	Careiro	35	01	PA Panelão
		1.200	11	

1.1.6.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	6952	A	3	Profissional Capacitado	--	--	--	--

Fonte: LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

OBS: Não houve programação desta ação para 2010.

1.1.6.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	A	3	Profissional Capacitado	278	0	0,00	278

Fonte: LOA/Monitoramento

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
493.256,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Monitoramento

Justificativa.

O número de 278 alunos informado como meta física prevista para 2010, bem como o valor de R\$ 493.256,00 (quatrocentos e noventa e três mil duzentos e cinquenta e seis reais) destinado a se cumprir esta meta, são objetos de três novos projetos educacionais referentes aos Cursos de Agronomia (50 alunos), Técnico Agrícola (50) e Especialização em Educação do Campo (178), que por motivos diversos, principalmente pelo fato de estarmos juridicamente sem condições de firmar convênios, também não se concretizaram no exercício.

1.1.6.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	2272	A	3	--	--	--	--	--

Fonte: LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
40.000,00	56.140,00	48.951,86	87,20	48.951,86	87,20	48.951,86	87,20

Fonte: SIAFI

Análise e Justificativas

Os recursos desta ação são utilizados para custear as atividades de campo, bem como despesas administrativas:

Acompanhamento da execução dos Cursos em andamento e participação em eventos (seminários, congressos, oficinas, etc.), que disseminem e divulguem as ações do programa.

Os gastos desta ação são realizados com pagamento de diárias e passagens aéreas, e fluviais, consumo (combustíveis), serviços de fretamento de barcos, rabetas e voadeiras (lanhas de maior velocidade), além de despesas administrativas para operacionalização da mesma.

Em 2010, na Superintendência Regional do Amazonas, continuamos acompanhando as turmas do Curso de 1º Segmento do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), em 06 municípios e 11 Assentamentos, referentes ao Convênio assinado com A Universidade do Estado do Amazonas.

Há que se ressaltar que os Assentamentos, Reservas Extrativistas e Floresta Nacional contemplados neste Convênio/Curso, localizam-se em áreas distantes, de difícil acesso, havendo, pois necessidade de deslocamentos via transporte aéreo e fluvial, numa mesma visita/acompanhamento. Portanto esta é nossa maior dificuldade na execução do programa.

No Amazonas o PRONERA é acompanhado por 02 (dois) servidores (asseguradores).

1.1.7 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

1.1.7.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Família Assistida	638	3.220	504,70%	

Fonte: LOA/Monitoramento

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
795.882,00	564.397,55	564.397,55	100 %	564.397,55	100,00%	0,00	0,00%

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

No ano de 2010 a Ates não utilizou nenhum dos recursos liberados para o setor. Estava prevista a liberação da 2ª parcela do Convênio com o IDAM, mas, pelo descumprimento do prazo de execução dos serviços pelo conveniado a segunda parcela no valor de R\$ 564.397,55 foi apenas empenhada e não paga.

O referido convênio tem como objeto principal a assistência técnica de 3.220 famílias. No ano de 2010 os serviços de assistência técnica do convênio iniciaram-se no segundo semestre impossibilitando assim a conclusão dos trabalhos e consequentemente a liberação da 2ª parcela do convênio. O convênio foi prorrogado até 31/12/2011.

Com relação ao percentual de 504,70% da meta física realizada, há que se esclarecer que se trata de uma **Ação Continuada**, relativa a um Convênio iniciado em 2009, com previsão de encerramento para 2011.

O restante do recurso, R\$ 231.484,45, não foi utilizado pelo fato de o único servidor do Ates estar durante todo o ano de 2010 trabalhando na Revisão do Banco de Dados da pesquisa sobre qualidade de Vida, Renda e Produção dos Assentamentos no Estado do Amazonas. Para a execução e acompanhamento do trabalho, o servidor solicitou o auxílio da asseguradora do PRONAF, sem o qual não conseguiria concluir as atividades.

1.1.7.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	A	3	--	--	--	--	--

Fonte: LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
128.403,00	522.356,51	504.925,21	96,66%	504.925,21	96,66%	356.708,11	68,29%

Fonte: SIAFI

Os recursos desta ação em 2010 foram aplicados na Revisão do Banco de Dados da Pesquisa sobre “*Qualidade de Vida, Renda e Produção dos Assentamentos no Estado do Amazonas*”.

A pesquisa foi realizada em 35 projetos de assentamento de 25 municípios perfazendo um total de 642 questionários aplicados, conforme demonstrativo na tabela abaixo:

TABELA 1 – PROJETOS DE ASSENTAMENTOS PESQUISA SR15-AM

N. Ord	Município de Acesso	Mesoregião	Projeto de Assentamento pesquisado	AMOSTRA	PROJETOS SUBSTITUIDOS	QUESTIONÁRIOS APLICADOS	QUESTIONÁRIOS EXCEDENTES	NOTA
1	APUÍ	SUL AMAZONENSE	PAE ARIPUANÁ-GUARIBA	2		3	1	
2	BARCELOS	NORTE AMAZONENSE	RESEX RIO UNINI	1		NENHUM	NENHUM	*
3	BENJAMIN CONSTANT	SUDOESTE AMAZONENSE	PA CRAJARI	6		7	1	
4	BENJAMIN CONSTANT	SUDOESTE AMAZONENSE	PAE ILHA DO ARAMAÇA	6		7	1	
5	BERURI	CENTRO AMAZONENSE	PA CAVIANA	16		16	0	
6	BORBA	SUL AMAZONENSE	PA PUXURIZAL	4		5	1	
7	BORBA	SUL AMAZONENSE	PA PIABA	4		5	1	
8	BORBA	SUL AMAZONENSE	PAE TUPANA IGAPÓ-AÇU I	5		6	1	
9	CARAUARI	SUDOESTE AMAZONENSE	PA RIOZINHO	22		24	2	
10	CARAUARI	SUDOESTE AMAZONENSE	RESEX - MÉDIO JURUÁ CONV. IBAMA/INCRA	12		13	1	
11	CAREIRO	CENTRO AMAZONENSE	PA PANELÃO	33		36	3	
12	CAREIRO	CENTRO AMAZONENSE	PAE TUPANA IGAPÓ AÇU II	1		2	1	
13	EIRUNEPE	SUDOESTE AMAZONENSE	PAE SANTO ANTÔNIO MOURÃO	4		5	1	
14	IRANDUBA	CENTRO AMAZONENSE	PAE NOVO TEMPO ILHA JACURUTU	5		7	2	
15	JURUÁ	SUDOESTE AMAZONENSE	RESEXBAIXO JURUÁ - CONV. IBAMA/INCRA	3	RDS UACARI	5	2	**
16	JUTAI	SUDOESTE AMAZONENSE	RDS CUJUBIM	1		NENHUM	NENHUM	*
17	LABREA	SUL AMAZONENSE	PA UMARI	20		20	0	
18	MANACAPURU	CENTRO AMAZONENSE	PAE INAJÁ	10		12	2	
19	MANAQUIRI	CENTRO AMAZONENSE	PAE BELA VISTA II	126		124	-2	***
20	MANAUS	CENTRO AMAZONENSE	PA ÁGUA BRANCA	1		2	1	
21	MANAUS	CENTRO AMAZONENSE	PA SANTO ANTÔNIO	3		4	1	
22	MANAUS	CENTRO AMAZONENSE	PA TARUMÃ MIRIM	83		86	3	
23	MANICORÉ	SUL AMAZONENSE	PA MATUPI	21		24	3	
24	MANICORÉ	SUL AMAZONENSE	PAE JENIPAPOS	9		10	1	
25	MANICORÉ	SUL AMAZONENSE	RDS AMAPÁ	21		22	1	
26	MARAA	NORTE AMAZONENSE	RDS MAMIRAUÁ	11		11	0	
27	NOVA OLINDA DO NORTE	CENTRO AMAZONENSE	PAE CURUPIRA	29		32	3	
28	NOVO ARIPUANÁ	SUL AMAZONENSE	PA ACARI	40		44	4	
29	NOVO ARIPUANÁ	SUL AMAZONENSE	RDS RIO MADEIRA	18		20	2	
30	PRESIDENTE FIGUEIREDO	CENTRO AMAZONENSE	PA CANOAS	25		25	0	
31	RIO PRETO DA EVA	CENTRO AMAZONENSE	PDS RAINHA	27		30	3	
32	SANTO ANTONIO DO ICA	SUDOESTE AMAZONENSE	PAF RIO IÇÁ	11		12	1	
33	TABATINGA	SUDOESTE AMAZONENSE	PA URUMUTUM	1		2	1	
34	TAPAUÁ	SUL AMAZONENSE	PDS SAMAUMA	13		15	2	
35	TEFE	CENTRO AMAZONENSE	PAE FLORA AGRÍCOLA	6		6	0	
TOTAL DE QUESTIONÁRIOS				600	1	642	44	

NOTA: (*) Não foram aplicados por 2 motivos: Alto custo de deslocamento e em ambos deveriam ser aplicados apenas 1 questionário.

(**) Projetos que foram substituídos, pois apresentavam problemas fundiários

(***) Foram aplicados 2 questionários a menos representando 0,3% da amostra.

1.1.8 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

1.1.8.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	A	3	texto	NA	NA	NA	NA

Fonte: SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
2.650.0000,00	3.867.577,18	3.822.718,77	98,84	3.822.718,77	98,84	2.758.984,39	71,34

Fonte: SIAFI

Análise.

- Os recursos destinados a manutenção da Unidade, são sempre insuficientes principalmente se considerarmos que os custos dos contratos das despesas fixas ou não, sofrem constantes reajustes.
- No quadro acima, percebe-se que a provisão recebida foi significativamente superior ao programado. Ocorre que dentro do montante recebido, R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) são oriundos de emenda parlamentares para a construção da Sede da Unidade Avançada Manacapuru e reforma de um imóvel de propriedade do INCRA, denominado “Casarão” localizado no município de Parintins.

1.1 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Regional do INCRA no Amazonas	37201	373025

Fonte:

Não se aplica à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹⁰

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹¹

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Não se aplica à natureza Jurídica da UJ.

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			NA	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte

Não se aplica à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	492012112201352272			82.686,24
		373001	492012112201372272			1.162.227,30
		370001	492012112201382272			376.363,20
		373001	492012112207502000			3.136.484,03
		373001	492012112213502272			56.140,00
		373001	492012112501382105			88.192,00
		373001	492012112701384426			1.935.000,00
		373001	492012112713361642			800,00
		373001	492012112801394572			100.277,13
		373001	492012163101372B06			252.753,70
		373001	492012163101374358			63.126,00
		373001	492012163111202109			6.102,00
		373001	492012169101374320			130.000,00
		373001	492012118311204284			65.450,00
		373001	492012112214272272			522.356,51
		373001	492012112701382110			7.415,00
		373001	492012112701388378			1.460.024,00
		373001	492012160614274470			564.397,55
		373001	492012163101358374			71.218,95
		373001	492012163101358384			598.636,80
		373001	492012163101358387			942.468,00
		373001	492012163101378398			3.961.133,00
		373001	492010927200890181	12.692,60		
Movimentação Externa	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
	Recebidos	NA	NA	NA	NA	NA
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 –	5 – Inversões	6 –

		ou recedora		Investimentos	Financeiras	Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
	Recebidos	373001	492012112201372272	120.700,00		
		373001	492012112201382272	7.070,00		
		373001	492012112207502000	731.093,15		
		373001	492012163101354460	140,16		
		373001	492012163101378396	16.661.044,77		
		373001	492012163101370427		40.675.400,00	
		373001	4920121122013910ZR	300.000,00		
		373001	4920121122013910ZR	600.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
	Recebidos	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: SIAFI

- Análise:

- Na tabela acima não consta despesa com a folha de pagamento uma vez que não houve recebimento de recursos orçamentários para essa finalidade porque a referida despesa é centralizada no Órgão central em Brasília.

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

O Quadro A.2.7 abaixo, denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ (ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada a UJ que não componha o Relatório de Gestão) e deve ser preenchido por todas as UJ.

Este Quadro contempla cinco (5) colunas e está dividido em dois (2) grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Para efeito deste demonstrativo conceitua-se como movimentação interna de crédito qualquer transferência de créditos entre UO do mesmo Órgão e como movimentação externa de crédito a movimentação de créditos entre UO de Órgãos distintos.

Importante: Não devem ser informadas as movimentações internas entre as UG associadas à UJ.

UG concedente ou recebedora: Código SIAFI da UG externa à UJ que concedeu ou que recebeu o crédito orçamentário, seja por movimentação interna, seja por movimentação externa.

Classificação da ação: Classificação Institucional e Funcional-programática do crédito concedido ou recebido, composta pelos códigos da UO, Função, Subfunção, Programa e Ação estabelecidos na programação original na LOA. Não é necessário informar o código do subtítulo. Em seguida, o gestor deverá preencher o valor concedido ou recebido no correspondente grupo de despesa.

Os grupos de despesas são semelhantes àqueles explanados nos quadros A.2.3 e A.2.4 anteriores.

Importante: Deverão ser preenchidas tantas linhas quantos forem os diferentes créditos concedidos e recebidos.

Análise crítica

Após o preenchimento deste Quadro, o gestor deverá realizar uma análise crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa, apresentando as justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão e analisando o impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	
Modalidade de Licitação	12.752.510,06	27.787.719,44	12.752.510,06	Modalidade de Licitação
Convite	0,00	0,00	0,00	Convite
Tomada de Preços	-	1.324.830,80	-	Tomada de Preços
Concorrência	5.987.641,99	3.354.416,25	5.987.641,99	Concorrência
Pregão	6.764.868,07	23.108.472,39	6.764.868,07	Pregão
Concurso	0,00	0,00	0,00	Concurso
Consulta	0,00	0,00	0,00	Consulta
Registro de Preços				Registro de Preços
Contratações Diretas	739.916,55	722.764,06	739.916,55	Contratações Diretas
Dispensa	176.942,28	105.628,38	176.942,28	Dispensa
Inexigibilidade	562.974,27	617.135,68	562.974,27	Inexigibilidade
Regime de Execução Especial	55.999,00	0,00	55.641,00	Regime de Execução Especial
Suprimento de Fundos	55.999,00	-	55.641,00	Suprimento de Fundos
Pagamento de Pessoal	1.323.001,05	2.158.529,84	1.323.001,05	Pagamento de Pessoal
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	Pagamento em Folha
Diárias	1.323.001,05	2.158.529,84	1.323.001,05	Diárias
Outros	119.510.592,43	45.712.235,00	35.612.389,19	Outros

Fonte: SIAFI

Fonte: SIAFI

- Análise:

- Os valores constantes do item denominado “outros” se referem basicamente às inversões financeiras decorrentes da concessão de empréstimos e financiamentos às famílias de trabalhadores rurais assentadas nos diversos Projetos de assentamento criados e administrados pela Autarquia.. Referidos recursos são utilizados pelas referidas famílias para a aquisição de alimentos e fomentos em geral e construção de habitação rural.

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	11.223,11	26.176,69	11.223,11	26.113,69	0,00	0,00	11.223,11	26.113,69
3190-08-00 Auxílios	0,00	12.692,60	0,00	12.629,60	0,00	0,00	0,00	12.629,60
3390-93-00 – Ajuda de Custo	11.223,11	13.484,09	11.223,11	13.484,09	0,00	0,00	11.223,11	13.484,09
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	9.970.845,59	15.347.023,08	9.970.845,59	15.347.023,08	2.727.598,83	6.519.010,24	7.243.246,76	8.828.012,84
3390-14 00 – Diárias	1.323.001,05	2.158.529,84	1.323.001,05	2.158.529,84	0,00	0,00	1.323.001,05	2.158.529,84
3390-30 00 – Material de Consumo	736.053,94	1.427.712,84	736.053,94	1.427.712,84	35.667,13	283.044,82	700.386,81	1.144.668,02
3390-33-00 – Passagens e desp. locom.	939.471,20	1.515.716,23	939.471,20	1.515.716,23	6.323,19	103,10	933.148,01	1.515.613,13
3390-36-00 – Outros Serv. P. Física	39.736,48	32.400,00	39.736,48	32.400,00	0,00	2.700,00	39.736,48	29.700,00
3390-37-00 Locação de Mão-de-obra	1.339.902,15	1.819.745,26	1.339.902,15	1.819.745,26	24.494,62	146.629,18	1.315.407,53	1.673.116,08
3390-39-00 - Outros Serv. Pessoa Jurídica	4.217.117,36	5.873.930,77	4.217.117,36	5.873.930,77	2.065.466,67	3.609.789,54	2.151.650,69	2.264.141,23
3391-39-00 – Outros Serv. Terc. Jurídica	75.960,96	78.590,59	75.960,96	78.590,59	19.647,22	36.894,05	56.313,74	41.696,54
3330-41-00 Contribuições	1.299.602,45	2.439.397,55	1.299.602,45	2.439.397,55	576.000,00	2.439.397,55	723.602,45	0,00
3390-47-00 – Obrigações trib. Contrib.	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	452,00	0,00	548,00
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	13.047.749,34	18.201.375,70	13.047.749,34	18.201.375,70	9.615.852,09	15.003.687,14	3.431.897,25	3.197.688,56
4490-51-00 – Obras e instalações	5.987.641,99	4.653.742,17	5.987.641,99	4.653.742,17	4.008.755,72	4.653.742,17	1.978.886,27	0,00
4490-52-00 – Equip. e Mat. Perman.	212.541,53	13.547.633,53	212.541,53	13.547.633,53	73.593,55	10.349.944,97	138.947,98	3.197.688,56
4430-41-00 - Contribuições	4.431.092,44	0,00	4.431.092,44	0,00	4.431.092,44	0,00	0,00	0,00
4440-41-00 – Contribuições	2.416.473,38	0,00	2.416.473,38	0,00	1.102.410,38	0,00	1.314.063,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	110.029.200,00	40.660.835,63	110.029.200,00	40.660.835,63	77.788.200,00	40.548.835,63	32.241.000,00	112.000,00
4590-66 – Concessão de Emp. Finan	110.029.200,00	40.660.835,63	110.029.200,00	40.660.835,63	77.788.200,00	40.548.835,63	32.241.000,00	112.000,00
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	--	--

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	7,29%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	1,92%
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	- Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. - Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	

- [1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).
- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

Fonte:

Não se aplica

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela 160. Situação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008	48.202.372,77	0,00	46.105.672,77	2.096.700,00
2009	90.131.650,92	0,00	30.300.950,92	59.830.515,51
2010	80.090.101,94	5.878.499,37	27.121.587,06	47.090.015,51
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial 2010.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	212	0	1 Provimento de cargo efetivo
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	1.1 Membros de poder e agentes políticos
1.2 Servidores de Carreira	0	206	0	1.2 Servidores de Carreira
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	205	0	1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	1.3 Servidores com Contratos Temporários
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	6	0	1.4 Servidores Cedidos ou em Licença
1.4.1 Cedidos	0	5	0	1.4.1 Cedidos
1.4.2 Removidos	0	0	0	1.4.2 Removidos
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	1.4.3 Licença remunerada
1.4.4 Licença não remunerada	0	1	0	1.4.4 Licença não remunerada
2 Provimento de cargo em comissão	0	21	0	2 Provimento de cargo em comissão
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	2.1 Cargos Natureza Especial
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	19	0	2.2 Grupo Direção e Assessoramento

				superior
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	15	0	2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	02	0	2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	02	0	2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas
2.2.4 Sem vínculo	0	02	0	2.2.4 Sem vínculo
2.2.5 Aposentado	0	89	0	2.2.5 Aposentado
2.3 Funções gratificadas	0	02	0	2.3 Funções gratificadas
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	15	0	2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas
3 Total	0	233	0	3 Total

Fonte: SIAPE/SIAPENET (www.siapenet.gov.br)

Observações :

FONTE : SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR DE/2010 e extração siape fev/11

- 01) O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação;
- 02) O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário;
- 03) O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94)

Análise sobre a situação dos recursos humanos

Sobre a adequação quantitativa e qualitativa do quadro à missão organizacional, observamos que o concurso realizado no ano de 2005 não recompôs integralmente o efetivo da unidade Regional da Superintendência Regional do Amazonas SR(15)AM, motivo pelo qual, o quadro atual se mostra insuficiente para fazer frente as atividades finalísticas da instituição, considerando o número de vagas disponibilizadas, as remoções ocorridas, os pedidos de exoneração espontâneas por parte de servidores que deixaram o cargo para ocupar outros cargos públicos por aprovação em outros concursos e as próprias demandas regionais.

Faz-se nesse sentido, imprescindível a renovação do quadro hoje existente.

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30		Até 30		Até 30
1. Provimento de cargo efetivo	07	1. Provimento de cargo efetivo	07	1. Provimento de cargo efetivo	07
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	1.1. Membros de poder e agentes políticos	00
1.2. Servidores de Carreira	07	1.2. Servidores de Carreira	07	1.2. Servidores de Carreira	07
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	1.3. Servidores com Contratos Temporários	00
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00	1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00	1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00
2. Provimento de cargo em comissão	00	2. Provimento de cargo em comissão	00	2. Provimento de cargo em comissão	00
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	2.1. Cargos de Natureza Especial	00	2.1. Cargos de Natureza Especial	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01
2.3. Funções gratificadas	00	2.3. Funções gratificadas	00	2.3. Funções gratificadas	00

Fonte:

Observações :

FONTE : SIAPE e extração siape fevereiro/2011

- 01) O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação;
- 02) O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário;
- 03) O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94)

5.1.3 **Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	175	43	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	175	43	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	02	03	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	01	01	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	11	08	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	02	0	0	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE/SIAPENET (www.siapenet.gov.br)

Observações :

FONTE : SIAPE e extração siape fevereiro/2011

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	49	01
1.2 Compulsório	00	
1.3 Invalidez Permanente	10	
1.4 Outras	00	
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	25	
2.2 Compulsório	03	
2.3 Invalidez Permanente	02	
2.4 Outras	00	

Fonte: SIAPE/SIAPENET (www.siapenet.gov.br)

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	55	00
2. Proporcional	00	00

Fonte: SIAPE

FONTE : SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR DE/2010

5.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	06	06	06	06	36.144,00
· Área Fim	01	01	01	01	6.024,00
· Área Meio	05	05	05	05	30.120, 00
Nível Médio	18	18	18	18	73.656,00
· Área Fim	13	13	13	13	53.196,00
· Área Meio	05	05	05	05	20.460,00

Fonte: SIAPE

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	11.265.361,20		904.505,26	280.198,99	906.053,19	923.588,99	4.210,04	14.283.917,67
2009	11.267.563,25		1.005.413,29	341.689,73	1.108.769,60	854.157,34	5.258,44	14.582.851,65
2010	11.317.782,28		1.001.576,95	320.269,71	1.844.027,16	1.525.545,53	4.942,89	16.014.144,52
Servidores com Contratos Temporários								
2008								R\$0,00
2009								R\$0,00
2010								R\$0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008					10.738,72			10.738,72
2009					3.990,35			3.990,35
2010								R\$0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		370.226,30			106.206,74			476.433,04

2009		404.572,85			111.019,85			515.592,70
2010		403.237,83			145.339,96			548.577,79
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008		9.663,60			1.422,64			11.086,24
2009		10.104,23			2.160,55			12.264,78
2010		10.104,24			1.724,63			11.828,87

Fonte: SIAPE DW SIAPE

FONTE : Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Observação : Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	R\$ 97.358,23
2009	R\$ 1.283,37
2010	R\$ 82.920,74

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
Observação:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 735							CNPJ: 00375972/0014-85						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	CRT/AM 72008	0622.6486/0001-67	01/05/200	30/04/2011		x		x			P
Observação:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

FONTE : Contrato de Prestação de Serviços

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 735						CNPJ: 00375972/0014-85							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	24210	047186330001-90	11/11/2010	10/11/2011		x		x			A
Observação:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

FONTE : Contrato de Prestação de Serviços

Observação : Trata-se de contrato de prestação de serviços de vigilância ostensiva para a Sede da Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas.

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 735						CNPJ: 00375972/0014-85							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	24210	047186330001-90	11/11/2010	10/11/2011		x		x			A
Observação:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

FONTE : Contrato de Prestação de Serviços

Observação : Trata-se de contrato de prestação de serviços de vigilância ostensiva para a Sede da Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas.

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 735						CNPJ: 00375972/0014-85							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	19210	094063860001-00	01/11/2011	30/10/2011		x		x			A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

FONTE : Contrato de Prestação de Serviços

Observação : Trata-se de contrato de prestação de serviços de vigilância ostensiva para as Unidades Avançadas do Incra no Interior do Estado.

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 0735						CNPJ: 00375972/0014-85							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1;3	O	25210	0622.6486/0001-67	11/11/10	10/11/11		X		X			A
Observação:													
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

Fonte : SIAFI e Contrato de Prestação de Serviços

5.5.4 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
25210	1	18	SR(15)
25210	7	29	SR(15)
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.			

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não são utilizados indicadores gerenciais relativos à absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas.

Quanto a disciplina é um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório, com relação à rotatividade é efetuado acompanhamento dos egressos de servidores que ingressaram no INCRA em razão da realização de concursos públicos realizados em 2004 e 2005..

No tocante ao desempenho funcional os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que será implantada em 2011, sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho (GDARA e GDAPA), nos termos do disposto no Decreto nº 7.133/10.

6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA/SR(15)									
CNPJ: 00.375.972/0001-60					UG/GESTÃO: 373025/37201				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	SIAFI 598071 (CRT/AM/N.º 8000/2007)	05.585.107/0001-62	R\$ 8.800.000,00	R\$ 800.000,00	-	R\$ 3.000.000,00	17/12/2007	17/12/2011	1
1	SIAFI 596446 (CRT/AM/N.º 7000/2007)	04.280.196/0001-76	R\$ 1.910.429,28	R\$ 86.429,28	R\$ 576.000,00	R\$ 1.824.000,00	30/11/2007	30/12/2010	1
1	SIAFI 640437 (CRT/AM/N.º 1000/2008)	05.585.107/0001-62	R\$ 6.000.000,00	R\$ 1.500.000,00	-	R\$ 2.625.000,00	30/12/2008	30/12/2011	1
1	SIAFI 643620 (CRT/AM/N.º 2000/2008)	05.585.107/0001-62	R\$ 14.000.000,00	R\$ 3.500.000,00	-	R\$ 2.650.000,00	30/12/2008	30/06/2011	1

1	SICONV 704402/2009 (N.º interno 03/2009)	04.243.978/0001-35	R\$ 497.578,00	R\$ 19.138,00	-	R\$ 478.440,00	01/09/2009	30/11/2010	2
1	SICONV 706359/2009 (N.º interno 04/2009)	05.560.185/0001-02	R\$ 4.923.436,05	R\$ 492.343,61	R\$ 1.498.028,36	R\$ 1.498.028,36	03/11/2009	02/03/2011	1
1	SICONV 718055/2009 (N.º interno 05/2009)	01.171.012/0001-41	R\$ 1.449.117,97	R\$ 161,117,97 + bens e serviços	-	R\$ 723.602,45	30/12/2009	29/12/2011	1
1	SICONV 724200/2009 (N.º interno 06/2009)	04.629.697/0001-15	R\$ 876.138,23	R\$ 12.947,85	R\$ 431.595,19	R\$ 863.190,38	31/12/2009	14/12/2010	4

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA/SR(15)						
CNPJ: 00.375.972/0001-60				UG/GESTÃO: 373025/37201		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	03	06	-	R\$ 3.133.000,00	R\$ 6.237.822,45	R\$ 3.176.437,31
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	03	06	0	R\$ 3.133.000,00	R\$ 6.237.822,45	R\$ 3.176.437,31

Fonte: INCRA/SR(15)

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA/SR(15)					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373025/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	05	R\$ 28.719.092,44	R\$ 10.496.629,38	R\$ 18.222.463,06	36,54%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	05	R\$ 28.719.092,44	R\$ 10.496.629,38	R\$ 18.222.463,06	36,54%

Fonte: INCRA/SR(15)

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA/SR(15)					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373025/37201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos(Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		07	-
		Montante Repassado		R\$ 13.183.819,76	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	01	-
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 12.978,00	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 478.440,00	-
2009	Contas prestadas		Quantidade	02	-
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 3.574.843,00	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	01	-
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 135.073,03	-

2008	Contas prestadas	Quantidade	03	-
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 652.029,30	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 29.890,00	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 100.000,00	-

Fonte:INCRA/SR(15)

6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA/SR(15)					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373025/37201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			04	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		01	
		Montante repassado (R\$)		R\$ 863.190,38	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	03	
			Montante repassado (R\$)	R\$ 1.222.894,03	
2009	Quantidade de contas prestadas			02	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	
		Quantidade Reprovada		-	
		Quantidade de TCE		-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		02	

		Montante repassado (R\$)	R\$ 2.529.890,00	
2008	Quantidade de contas prestadas		07	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	01	
		Quantidade Reprovada	02	
		Quantidade de TCE	02	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	04	
		Montante repassado	R\$ 949.945,30	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	04	
		Montante repassado	R\$ 464.894,77	

- a) A UJ notificou as Convenientes que se encontram na situação inadimplente ou mesmo com pendências na prestação de contas apresentadas para sanarem as falhas existentes, adotando os procedimentos da IN/TCU n.º 56/2007, quando necessário.
- b) As transferências efetuadas no exercício, cujos empenhos não foram liquidados, encontram-se em vigência, logo não se adotou a medida prevista no art. 35, Decreto 93.872/86.
- c) Os empenhos das despesas não liquidadas, referente às transferências com vigência expirada, foram anulados. (*art. 35, Decreto 93.872/86*)
- d) Em relação às transferências efetuadas nos três últimos exercícios, houve aumento de aproximadamente 50% na quantidade e volume de recursos transferidos em relação aos exercícios 2008 e 2009; havendo, posteriormente, redução na mesma proporção, em relação ao volume de recursos transferidos, entre os exercícios 2009 e 2010. A justificativa para o aumento e redução deve-se, sobretudo, em razão de não ter havido a celebração de instrumentos de transferências de recursos no exercício 2010. Ao passo que no exercício 2009, foram celebrados 06 (seis) novos convênios, aumentando o volume de recursos transferidos. Finalmente, em 2010, conforme supracitado, houve somente a transferência dos recursos das transferências celebradas nos exercícios anteriores (2008 e 2009) que se encontravam em vigência.
- e) As medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2010 continuarão sendo empregadas em 2011, não havendo até o presente momento qualquer manifestação em sentido contrário por parte dos gestores da UJ. Entretanto, ressaltamos que havendo a necessidade, providências serão adotadas nesse sentido, sobretudo para aumentar o quantitativo de servidores habilitados e/ou capacitados na gestão de transferência de recursos.
- f) As prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010 já estão sendo analisadas; inclusive com o apoio de servidores designados pelo INCRA/Sede.
- g) A análise da prestação de conta da transferência expirada em 2010 ainda não foi concluída em razão de estar sendo dada prioridade às análises das prestações de contas vencidas nos exercícios anteriores.
- h) O principal problema enfrentado para desempenhar as atribuições relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais é a insuficiência de servidores habilitados e/ou capacitados. Não há servidores suficientes para execução de todas as atividades inerentes elaboração de pareceres indispensáveis à análise de prestação de contas, sobretudo na área contábil e financeira.
- i) Quanto à análise técnica, a carência de servidores não é tão evidente quanto nos Serviços de Orçamento e Finanças e Contabilidade, tendo em vista que no caso específico da Contabilidade, apenas um servidor está apto a emitir análise contábil das prestações de contas de convênios.

7. Registros atualizados nos Sistemas SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Declaramos que todos os convênios celebrados no âmbito desta Superintendência no exercício de 2010, se encontram registrado no sistema SICONV.

**Omar da Silva Oliveira
Chefe da Divisão de Administração**

DECLARAÇÃO

Declaramos que todos os contratos celebrados no âmbito desta Superintendência no exercício de 2010, se encontram registrado no sistema SIASG.

**Omar da Silva Oliveira
Chefe da Divisão de Administração**

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa/TCU/Nº 63, de 01/09/2010 da DN/TCU N 107 de 27/10/2010., **DECLARO** que os agentes ocupantes de Funções de Confiança registrados no **Rol** de Responsáveis que atuaram no período de Janeiro a 31 de dezembro do exercício financeiro de 2010, estão em dias com as exigências de apresentação de Declaração de Bens e Rendias, na forma da Lei 8.730, de 10/11/93.

Manaus, 14 de março de 2010.

Responsável pela Unidade de Pessoal

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Manaus	01	01
	Boca do Acre/AM	01	01
	Humaitá/AM	01	01
	UF “n”	Σ	Σ
	Borba (A registrar)	01	01
	Pres. Figueiredo (A regist.)	01	01
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Manacapuru	01	01
	Careiro	01	01
	Parintins	01	01
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373025	0255.00635.500-5	Prop da UG	Bom	0,01	15/12/2009	2.950.123,57	Prédio	133
373026	1215.00045.500-9	Prop . da UG	Bom	0,01	15/12/2009	339.024,45	Prédio	65
373027	0235.00044.500-8	Prop . da UG	Bom	0,01	15/12/2009	423.136,74	Prédio	60
Total							Σ	Σ

Fonte:

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	X				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	X				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ (2010)

14 Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Amazonas					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Justificativa:

Em atenção ao Acórdão 681/2010, referente ao pedido de reexame (representação) esclarecemos que estão sendo cumprido o que foi estipulado no referido Acórdão.

Em atenção ao Acórdão 578/2010 – TCU – Plenário citado no parecer de Auditoria às fls. 193 do Processo 54270.000185/2011-62, informamos que o Art. 9.1. julgou regular com ressalva as contas dos responsáveis desta SR(15)AM, dando-lhes quitação, nos termos dos arts. 1º, I, 16, e 23, II da Lei nº 8.443/1992..

Acórdão 4771 – TCU – 1ª Câmara, foi realizado o reexame da prestação de contas (análise técnica) do referido Convênio pelo setor responsável, concluindo-se pela devolução de valores, tendo em vista a execução parcial do objeto pactuado.

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Justificativa: Nada pendente

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Justificativa: Nada pendente

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

JUSTIFICATIVA: NADA PENDENTE

16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

18

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional do Amazonas – SR(15)/AM			373025
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Manaus	Data	14/03/2011
Contador Responsável	Corina P. Medina	CRC n°	3114

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : MEDINA
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 01
 UNIDADE GESTORA : 373025 SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

R E C E I T A S	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA		
SUB-REPASSE	74.617.372,40	74.617.372,40
TOTAL	74.617.372,40	74.617.372,40
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00
TOTAL GERAL	74.617.372,40	74.617.372,40

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : MEDINA
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02
 UNIDADE GESTORA : 373025 SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00
SUBTOTAL I	0,00	0,00
MOVIMENTACAO DE CREDITO		
CREDITO INICIAL/SUPLEMENTAR	0,00	74.782.483,21
DESPESAS CORRENTES	0,00	15.687.035,13

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAF12010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANCO (CONSOLIDA BALANCO DA UG) _____
 DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : MEDINA
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 03
 UNIDADE GESTORA : 373025 SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	12.692,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	15.674.342,53
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	59.095.448,08
INVESTIMENTOS	0,00	18.419.907,92
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	40.675.540,16
SUBTOTAL II	0,00	74.782.483,21
TOTAL	0,00	74.782.483,21
TOTAL GERAL	0,00	74.782.483,21

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

INGRESSOS	EXERCICIO 2010
INGRESSOS	361.413.668,04
RECEITAS CORRENTES	233.695,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	233.695,46
DEDUCOES DA RECEITA	1.153,85-
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	9.096.931,61
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	8.665.623,91
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.530.842,58
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	8.530.842,58
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	134.781,33
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	431.307,70
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	429.000,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	429.000,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	2.307,70

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

INGRESSOS	EXERCICIO 2010
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	352.084.194,82
VALORES EM CIRCULACAO	98.069.422,18
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	98.069.422,18
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	18.612,01
VALORES DIFERIDOS	18.612,01
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	129.893.787,11
RESTOS A PAGAR	129.889.856,11
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	123.998.748,52
CANCELADO	5.891.107,59
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	0,00
EM CONTRATOS	0,00
VALORES EM TRANSITO	3.931,00
OUTROS DEBITOS	0,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO 2010
INGRESSOS	
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	124.102.373,52
INCORPORACAO DE DIREITOS	123.978.879,63
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	123.978.879,63
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	123.493,89
EXERCICIOS ANTERIORES	123.493,89

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO 2010
DISPENDIOS	361.413.668,04
DISPENDIOS	
DESPESAS CORRENTES	15.373.199,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.692,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.281.916,58
TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	2.439.397,55
OUTRAS DESPESAS	12.842.519,03
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	78.590,59
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	78.590,59
DESPESAS DE CAPITAL	58.862.211,33
INVESTIMENTOS	18.201.375,70
INVERSOES FINANCEIRAS	40.660.835,63
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	988.069,64
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	18.612,01

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
	2010
DISPENDIOS	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	18.612,01
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	969.457,63
ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	734.608,32
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,00
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	734.608,32
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	234.849,31
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	286.190.187,30
VALORES EM CIRCULACAO	124.020.084,54
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	124.020.084,54
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	134.781,33
VALORES DIFERIDOS	134.781,33
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	97.934.640,85
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	97.800.907,16

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 6
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
	2010
DISPENDIOS	
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	122.400,00
EM CONTRATOS	122.400,00
VALORES EM TRANSITO	10.833,27
OUTROS DEBITOS	500,42
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	64.100.680,58
BAIXA DE DIREITOS	64.100.680,58
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	64.100.680,58

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO	
2010	
ATIVO	379.812.546,73
ATIVO FINANCEIRO	124.020.084,54
CREDITOS EM CIRCULACAO	124.020.084,54
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	41.204,91
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	123.978.879,63
ATIVO NAO FINANCEIRO	203.975.600,06
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	115.089.008,65-
CREDITOS EM CIRCULACAO	118.722.075,19-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	123.978.879,63-
DIVERSOS RESPONSAVEIS	614.897,20
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.638.102,76
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	3.804,48
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	3.633.066,54

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO	
2010	
ESTOQUES	159.764,40
TITULOS E VALORES	3.473.302,14
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	274.146.480,13
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	274.146.480,13
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	253.222.885,00
CREDITOS A RECEBER	20.923.595,13
PERMANENTE	44.918.128,58
IMOBILIZADO	44.917.905,68
BENS MOVEIS E IMOVEIS	44.940.379,33
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	22.473,65-
INTANGIVEL	222,90
ATIVO REAL	327.995.684,60
ATIVO COMPENSADO	51.816.862,13

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

ATIVO	EXERCICIO 2010
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	51.816.862,13
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	2.563.725,74
GARANTIAS DE VALORES	107.101,61
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	44.967.685,77
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	3.158.221,92
OUTRAS COMPENSACOES	1.020.127,09

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

PASSIVO	EXERCICIO 2010
PASSIVO	379.812.546,73
PASSIVO FINANCEIRO	124.021.291,53
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	124.002.679,52
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	123.998.748,52
A LIQUIDAR	123.998.748,52
CREDORES DIVERSOS	0,00
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	3.931,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	18.612,01
VALORES DIFERIDOS	18.612,01
PASSIVO NAO FINANCEIRO	123.998.748,52-
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	123.998.748,52-

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
PASSIVO	2010
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	123.998.748,52-
PASSIVO REAL	22.543,01
PATRIMONIO LIQUIDO	327.973.141,59
PATRIMONIO/CAPITAL	297.071.844,68
PATRIMONIO	297.071.844,68
RESULTADO DO PERIODO	30.901.296,91
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	327.995.684,60
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	297.094.387,69-
PASSIVO COMPENSADO	51.816.862,13
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	51.816.862,13
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	2.563.725,74
VALORES EM GARANTIA	107.101,61
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	44.967.685,77
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 6
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
PASSIVO	2010
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	3.158.221,92
COMPENSACOES DIVERSAS	1.020.127,09

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2010

RECEITAS ORCAMENTARIAS	
RECEITAS CORRENTES	233.695,46
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	233.695,46
DEDUCOES DA RECEITA	1.153,85-
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	232.541,61
DESPESAS ORCAMENTARIAS	
DESPESAS CORRENTES	15.373.199,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.692,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.360.507,17
DESPESAS DE CAPITAL	58.862.211,33
INVESTIMENTOS	18.201.375,70
INVERSOES FINANCEIRAS	40.660.835,63
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	74.235.411,10

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2010

RESULTADO ORCAMENTARIO	74.002.869,49-
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	8.665.623,91
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.665.623,91
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	66.525.889,59
INCORPORACAO DE ATIVOS	4.454.356,58
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	62.071.533,01
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	18.612,01
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	18.612,01
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	364.909,62
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	364.909,62
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	805.122,38
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	805.122,38
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.395.118,81

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____

POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPAS-INCRA/SR-15

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
	2010
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	963.811,11
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	429.000,00
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	2.307,70
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	257.115.155,26
INCORPORACAO DE ATIVOS	251.100.553,78
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	6.014.601,48
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.805.981,60
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	836.523,97
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	734.608,32
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	234.849,31
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	226.608.117,94
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	190.711.952,64
INCORPORACAO DE PASSIVOS	35.873.691,65
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____

POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPAS-INCRA/SR-15

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
	2010
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	22.473,65
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	30.901.296,91

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2010

RECEITAS ORCAMENTARIAS	
RECEITAS CORRENTES	233.695,46
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	233.695,46
DEDUCOES DA RECEITA	1.153,85-
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	232.541,61
DESPESAS ORCAMENTARIAS	
PREVIDENCIA SOCIAL	12.692,60
ORGANIZACAO AGRARIA	12.151.185,49
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	74.235.411,10
RESULTADO ORCAMENTARIO	74.002.869,49-
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	8.665.623,91
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.665.623,91
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	66.525.889,59
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2010

INCORPORACAO DE ATIVOS	4.454.356,58
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	62.071.533,01
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	18.612,01
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	18.612,01
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	364.909,62
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	364.909,62
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	805.122,38
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	805.122,38
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.395.118,81
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	963.811,11
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	429.000,00
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	2.307,70
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	257.115.155,26
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAF2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANCO (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
 POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO

	2010
INCORPORACAO DE ATIVOS	251.100.553,78
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	6.014.601,48
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.805.981,60
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	836.523,97
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	734.608,32
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	234.849,31
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	226.608.117,94
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	190.711.952,64
INCORPORACAO DE PASSIVOS	35.873.691,65
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	22.473,65
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	30.901.296,91

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

20 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Informações do Setor de Fiscalização Cadastral

Com relação ao solicitado, informamos que os procedimentos operacionais contidos na Portaria INCRA/P/Nº 12 de 24/01/2006, no que tange aos detentores de imóveis rurais enquadrados nas Portarias nº 558/99 e 596/2001, que não atenderam a notificação, não foram intimados pela segunda vez conforme Portaria acima mencionada.. Entretanto ressaltamos que os proprietários que não atenderam a notificação, deve-se em grande parte às Correições Extraordinárias realizadas em 2001 por Comissão de Correição do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em parceria com a Procuradoria Jurídica do INCRA/AM, nas comarcas dos municípios de Lábrea, Beruri, Borba, Canutama, Manicoré, Tapauá, Carauari, Humaitá, Novo Aripuanã, Boca do Acre, Eirunepé, Envira, Ipixuna e Pauini. Em razão destas correições, a Fiscalização Cadastral procedeu ex-officio vários cancelamentos de cadastros.

Foram baixados Provimentos cancelando os registros de imóveis rurais identificados como vinculados a títulos inexistentes, ou nulos, de pleno direito, nas Comarcas de Lábrea (8.007.098,0000 há), Borba (1.391.134,2000 há), Canutama(10.343.351,3300 há), Manicoré (682.657,5200 há), Beruri (355.286,1270 há), Tapauá (7.799.644,1300 há), Carauari (646.136,7200 há), Humaitá (51.735,9400 há), Novo Aripuanã (10.405.081,8680 há), Boca do Acre (2.921.591,5460 há), Envira (156.499,0000 há), Ipixuna (9.999,9800 há) e Pauini (1.263.136,9140 há), perfazendo um total de 48.478.357,558 hectares de terras que foram devolvidas ao patrimônio fundiário federal neste Estado.

Com base nos Provimentos, muitos códigos foram cancelados e os processos foram encerrados .

Lembramos que a Portaria 596/2001 incidiu apenas nos municípios de Boca do Acre, Canutama, Lábrea, Pauini e Humaitá, deste Estado do Amazonas.

21 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Algumas metas institucionais não foram totalmente alcançadas à contento. Abaixo, elencamos os principais gargalos e sugestões para melhorias no próximo exercício:

- a) Problemas de logística enfrentadas quanto ao clima local - no período de vazante, baixa dos rios, as comunidades mais distantes ficam inacessíveis; conseqüentemente as ações do Incra não chegam até os assentados. **Medida:** as cheias, período de acesso mais fácil, se dá – na maior parte das comunidades no Amazonas – até o mês de julho/agosto. Assim, as ações serão melhores distribuídas quanto mais rápidas forem realizadas. Depende de liberação e recursos no início do ano para tal;
- b) Baixo repasse de recursos financeiros para atividades do desenvolvimento e georreferenciamento - muitas das ações ligadas à infraestrutura (estradas e casas) e também a materialização da demarcação conforme rege a Lei 10.287, ficaram prejudicadas: havia montante orçamentário, mas não houve financeiro. **Medida:** fazer gestão à sede para que mais partes do orçamento seja garantido;
- c) Adequação à qualidade sanitária nos assentamentos– O Incra Amazonas tem feito um esforço para melhorar as habitações das famílias dos assentamentos tipo PAE (Projeto Agroextrativista), fazendo uso do crédito habitação. Uma das formas de se fazer esta melhoria tem sido por meio da construção de banheiros com fossas sépticas adaptadas à sistemas de aproveitamento dos resíduos humanos via biodigestor. Além disso, tem-se incorporado captadores de chuvas e telamento das janelas e portas – minimizando a exposição à malária e dengue. Por outro lado, as tecnologias de biodigestores disponíveis ainda não contemplam totalmente a situação imposta pelas várzeas: este equipamentos não funcionam em áreas sujeitas a inundações. **Medida:** estabelecer parceria com instituições que possuem soluções tecnológicas ao problema;
- d) Além disso, há o fator sociocultural das famílias beneficiadas. O Incra Amazonas tem um enorme caminho pela frente para poder incutir ou adaptar ao saber caboclo estas inovações. Se as famílias não querem, ou não se adaptam a estas tecnologias pouco adianta.
- e) Reduzido capital humano para a realização das atividades – este é um dos principais problemas desta Regional. Há um reduzido número de técnicos – sobretudo agrônomos, Eng. Florestais e técnicos agrícolas para cumprir a missão fim institucional. A Superintendência aproxima-se de um elevado número de aposentadorias – o que certamente acarretará significativamente as metas do órgão. **Medida:** implementar programa de recomposição da força de trabalho a curto prazo.